relatório programas GEPED 1977

I N D I C E

APRESENTAÇÃO

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL 1

- Desenvolvimento do PAF, em 1977 3
- Projetos especiais 25
- Publicações 40

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA 43

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE AUTODIDATISMO 48

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 74

AVALIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 85

APRESENTAÇÃO

A ação pedagógica do MOBRAL tem sido dirigida, desde a fundação do Movimento, para as massas carentes de instrumentos que possibilitem a apropriação do universo cultural do país. Atuando a GEPED, sobre uma clientela, inicialmente, motivada e sequiosa do domínio desses instrumentos, defrontou-se, no ano de 1977, com o novo quadro que já se delineava: atingir, através de sua ação pedagógica, o contingente, ainda significativo, que permanecia resistente à ação educativa do MOBRAL. Vencer e até mesmo ultrapassar a meta que, de fato, posicionará o Brasil, no âmbito educacional, dentro dos parâmetros de desenvolvimento que o tem caracterizado.

Este relatório é uma síntese do desenvolvimento dos programas, das iniciativas e das novas atividades levadas a efeito, no ano de 1977 pela GEPED, com o intuito de, servindo à meta, alcançarem o grande desiderato: a promoção do homem brasileiro.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1978.

Adélia Maria Nehme Simão e Koff
Gerente Pedagógico

I PARTE

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL

INTRODUÇÃO

O Programa de Alfabetização Funcional do MOBRAL visa conduzir a pessoa humana , a adquirir as técnicas de leitura, escrita e cálculo, como meio para integrá-la a sua comunidade, permitindo a obtenção de melhores condições de vida.

Esse Programa tem os seguintes objetivos:

- desenvolver nos alunos as habilidades de Leitura, Escrita e Contagem;
- desenvolver um vocabulário, que permita o enriquecimento de seus alunos;
- desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade;
- formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho;
- desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida, aproveitando os recursos disponíveis;
- levar os alunos:
  - a conhecerem seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária;
  - a se empenharem na conservação da saúde e melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e da comunidade;
  - a se certificarem da responsabilidade de cada um, na manutenção e melhoria dos serviços públicos de sua comunidade e na conservação dos bens e instituições; e
  - a participarem, no desenvolvimento da comunidade, tendo em vista o bem estar das pessoas (1).

Em 1977, tendo em vista a proximidade de 1980, fixado como ano-meta, para a erradicação do analfabetismo, o PAF foi considerado como prioritário, entre todos os demais programas do MOBRAL e por conseguinte, da Gerência Pedagógica.

A ação desenvolvida, durante os últimos 7 anos, na alfabetização da população adulta, fez com que cada vez mais a parcela dessa população, que ainda está por se alfabetizar, apresentasse características que dificultam seu atendimento. A diversificação das estratégias impôs-se, assim, como uma necessidade, para o ano de 1977. Daí o porquê da elaboração de projetos especiais que,

---

(1) Documento Básico do MOBRAL/75

diversificando a estratégia de ação do PAF, têm mais possibilidade de atingimento do seu objetivo último, ou seja, a alfabetização dos adultos.

Na elaboração do relatório de desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, durante o ano de 1977, procuraremos identificar as principais características desse desenvolvimento, aportando dados, para a reflexão sobre o Programa e sobre a diversificação, em termos de projetos especiais, julgada importante e necessária.

A 1ª Parte delineia esse desenvolvimento, em termos de atingimento de meta e produtividade, apresentada pelo Programa, capacitação de alfabetizadores, supervisão pedagógica às classes de alfabetização e avaliação do aluno.

A 2ª Parte versa sobre as estratégias especiais implantadas, visando um desenvolvimento mais adequado do PAF.

Em uma 3ª Parte, falaremos sobre as publicações, que foram elaboradas, no sentido de aportar subsídios, para um melhor desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional.

CAPÍTULO I: DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL, EM 1977

1. Indicadores gerais

2. Capacitação de alfabetizadores

3. Supervisão às classes

4. Avaliação do aluno

1. INDICADORES GERAIS

A análise do desempenho do PAF é importante e necessária, na medida em que permite detectar possíveis falhas ou problemas.

Dessa forma, a ação proposta pode ser melhor adequada à realidade e às possibilidades de atendimento desse Programa.

Para essa análise, tomaremos como base, os seguintes indicadores: meta, conveniamento e número de alfabetizados. Esses indicadores permitirão que seja formado um perfil dos resultados obtidos, pelo programa.

Os resultados, obtidos em 1977, serão comparados, na medida do possível, com resultados de anos anteriores, numa tentativa de identificar em que medidas estão ou não ocorrendo interferências que dificultam o desenvolvimento do PAF, em outras palavras, poder-se-á perceber se a performance do Programa, em 1977, foi ou não melhor do que a dos anos anteriores e em que medida isso ocorreu. Delinear-se-á, talvez, dessa forma, a tendência de desenvolvimento do Programa.

Pelos dados do Quadro 1, pode-se constatar que houve um certo decréscimo, entre o conveniamento realizado até o final de novembro de 1977 e de 1976. Em percentuais da meta, o conveniamento, realizado em 1977, foi menos significativo do que aquele realizado em 1976. Apenas, o bloco A manteve-se, praticamente, estável. O decréscimo é bastante significativo no bloco C, pois se em 1976 o total de conveniamentos realizados equivale a 103% da meta desse bloco, esse percentual cai para 71% em 1977.

Porque compararam novembro e não o fim do ano? Não entendo!

Analisando-se as Coordenações do bloco A, observa-se que, em quatro delas (BA, PR, GO e DF), houve um aumento no número de conveniados, enquanto, nas 4 restantes, o inverso se verifica.

Entre as 11 Coordenações do bloco B, apenas quatro (RJ, SP, PB e MA) apresentam um decréscimo no atingimento da meta, o que é suficiente para que, no total do bloco, se observe uma queda de 12%, no número de conveniados. É importante ressaltar que, PB e MA, apesar de apresentarem um decréscimo no percentual de atingimento da meta, ainda assim, conveniaram mais de 100%.

QUADRO 1: DADOS COMPARATIVOS DE CONVENIAMENTO - 1976/1977

- POR BLOCOS -

COEST/ COTER	1977			1976		
	META	CONVENIAD. 29/11/77	%	META	CONVENIAD. 30/11/76	%
CE	635.700	281.398	44,3	455.692	266.234	58,4
BA	912.600	785.623	86,1	817.936	608.366	74,4
PR	220.500	193.972	88,0	240.093	203.276	84,7
GO	174.500	113.093	64,8	196.115	83.793	42,7
MG/N	374.000	374.309	100,1	371.719	377.349	101,5
MG/S	201.400	160.495	79,6	200.157	170.166	85,0
PE	357.000	259.725	72,8	377.534	304.916	80,8
DF	33.500	29.244	87,3	36.426	30.000	82,3
TOTAL BLOCO A	2.909.200	2.197.859	75,5	2.695.672	2.044.100	75,8
RJ	220.000	168.211	76,5	189.129	233.208	118,0
PB	97.000	101.749	104,9	75.431	96.901	128,5
SP	258.000	180.424	69,9	273.165	241.065	88,2
RS	69.000	53.568	77,6	96.233	62.712	65,2
MA	263.000	267.354	101,7	235.648	262.101	111,2
MT/N	37.500	21.161	56,4	56.044	27.881	49,7
MT/S	39.100	29.737	76,0	58.332	43.121	73,9
PA	77.000	55.773	72,4	103.765	72.006	69,4
SE	115.500	113.705	98,4	113.334	108.965	96,1
PI	162.000	131.214	80,9	182.111	144.732	79,5
RN	143.000	112.926	79,0	188.137	122.692	65,2
TOTAL BLOCO B	1.481.100	1.235.822	83,4	1.571.329	1.405.384	89,4
SC	15.000	12.186	81,2	16.500	14.345	86,9
AM	55.000	33.435	60,7	76.613	51.716	67,5
AC	15.000	15.000	100,0	13.590	15.448	113,7
RO	10.000	4.110	41,1	15.009	8.420	56,1
AP	12.400	7.362	59,4	11.761	11.790	100,0
AL	230.000	158.414	68,9	162.943	229.116	140,6
ES	52.500	47.478	90,4	67.450	49.320	73,1
RR	2.300	1.617	70,7	3.510	1.500	42,7
TOTAL BLOCO C	392.200	279.602	71,3	367.376	381.655	103,9
BRASIL	4.782.500	3.713.283	77,6	4.634.377	3.831.139	82,7

Fonte: GEPAC - Quadro Comparativo de Conveniamento

Em relação ao bloco C, apenas RR e ES conveniaram maior percentual da meta do que tinham realizado, em 1976. Entratanto, em números absolutos, o Espírito Santo conveniou menos do que tinha conveniado em 76. A inversão desse dado, em termos percentuais, deve-se ao fato de que a meta desse estado foi menor em 1977 do que tinha sido, em 1976.

O gráfico 1, construído, tendo-se como base os números absolutos do conveniamento realizado, em 1976 e 1977, mostra que, com exceção do bloco A, houve um decréscimo significativo, no conveniamento de alunos, para as classes de alfabetização.

Considerando-se aspectos da clientela potencial das classes de alfabetização, tais como características físicas, psíquicas e sócio-econômicas e, também, à vontade/motivação desses adultos, para estudarem, podemos afirmar que esse é um dado, facilmente, previsível, pois, à medida que parte da população adulta vai sendo alfabetizada, o restante apresentará, forçosamente, dificuldades crescentes.

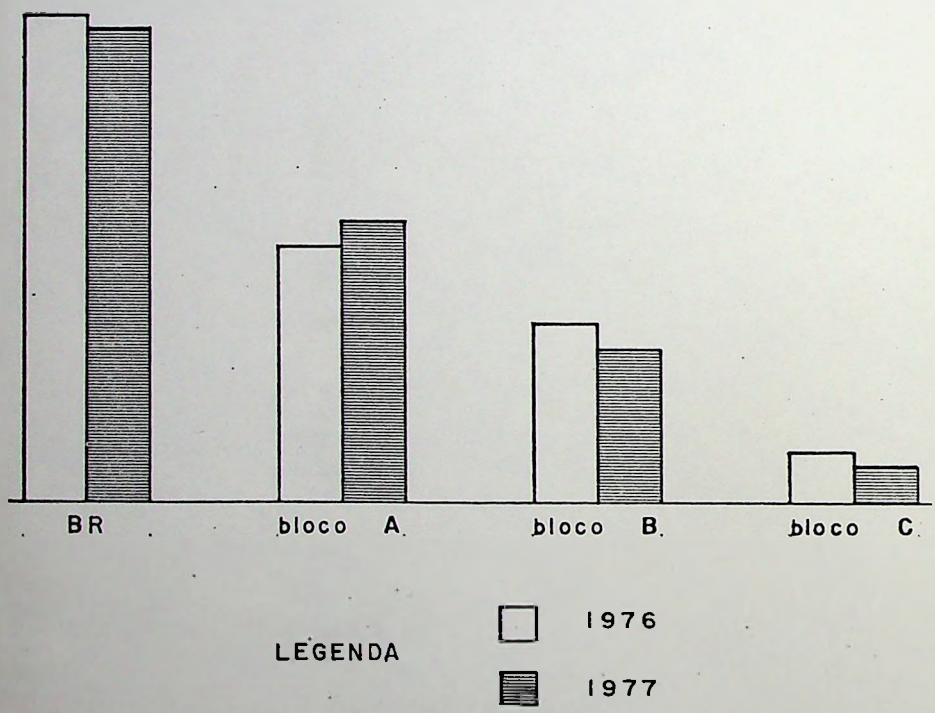
Por esse motivo, ou por outras interferências não identificadas, observa-se que a evolução do PAF apresenta um crescimento, nos primeiros anos de sua implantação, para depois apresentar um decréscimo progressivo. (Vide quadro 2 e gráfico 2)

Em 1973, foi atingido o ponto máximo de conveniamento, havendo um decréscimo constante a partir de então. Apesar de que, em 1977, houve um decréscimo, no número de conveniados, esse decréscimo foi menos significativo que aquele ocorrido nos anos anteriores.

Em relação ao total de alfabetizados, o número máximo foi atingido em 1972. Ao decréscimo ocorrido, em 1973, segue-se um aumento em 1974, insuficiente, no entanto, para equiparar o resultado obtido em 1972. Após 1974, o decréscimo no número de alfabetizados continua progressivo. Para 1977, esse dado é parcial, referindo-se, principalmente, ao primeiro semestre, isto explica o porquê de uma queda tão brusca.

Pelo fato de não dispormos de dados completos, sobre a produtividade do PAF, em 1977, deixaremos de apresentar uma análise mais detalhada, desse indicador.

GRÁFICO 1: COMPARATIVO DE CONVENIAMENTO - 76/77
- em números absolutos

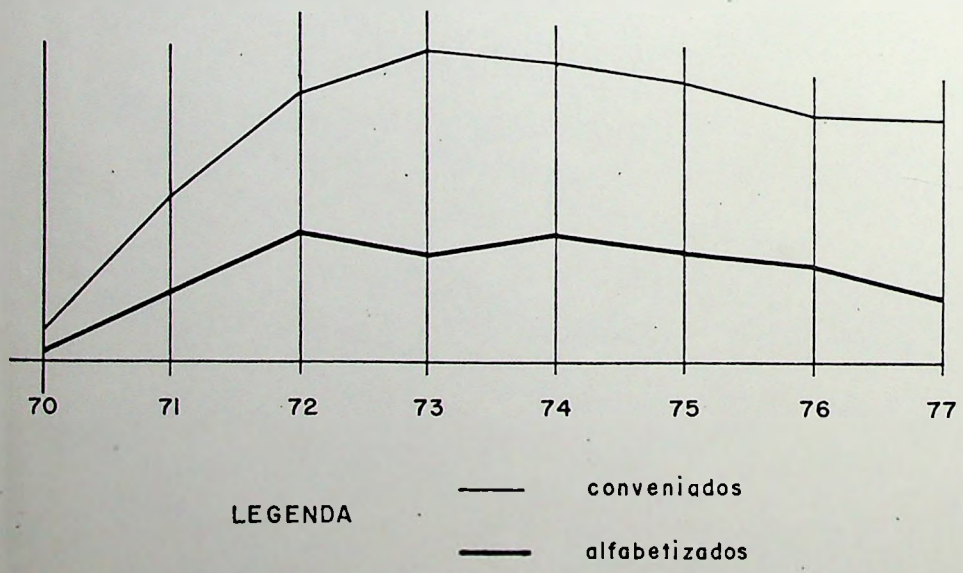


QUADRO 2: EVOLUÇÃO DO PAF EM TERMOS QUANTITATIVOS

A N O	CONVENIADOS	MUNICÍPIOS	ALFABETIZADOS	PRODUTIVIDADE
1970	508.000	613	172.000	33,8%
1971	2.590.000	3.405	1.081.000	41,7%
1972	4.256.000	3.643	2.043.000	48,0%
1973	4.920.000	3.953	1.722.000	35,0%
1974	4.720.362	3.865	1.950.525	41,3%
1975	4.332.411	3.841	1.652.643	38,1%
1976	3.897.116	3.640	1.472.345	37,8%
1977	3.835.292	3.732	1.213.302	31,6%

Fontes: SIIMO
GIFOR

Grãfico 2: Evolução do PAF (70-77)



2. CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES

O conhecimento das características dos alfabetizadores é importante e necessário, pois indica o tipo de trabalho a ser desenvolvido, durante a capacitação.

Os elementos do MOBRAL, que melhor conhecem os alfabetizadores, são aqueles que mantêm um contato mais direto com eles, ou seja: ENSUG, EPEDE, supervisores de Área e Estaduais, Agentes Pedagógicos e seus auxiliares.

Este fato motivou uma prática diversificada de capacitação dos alfabetizadores, durante o ano de 1977:

- ao MOBRAL Central/GEPED coube o fornecimento de estratégias, alternativas e meios de capacitação;
- a adaptação, a escolha dos meios, alternativas, estratégias que melhor se adaptam à capacitação dos alfabetizadores dos seus estados/territórios ficou a cargo das Agências Pedagógicas e do Subsistema de Supervisão Global.

Para o desenvolvimento do PAF é necessário que o alfabetizador domine 2 tipos de conteúdos, a saber:

Conteúdos metodológicos:	cartaz gerador, palavra geradora, trabalho de grupo, avaliação, leitura continuada, etc.
Conteúdos gerais:	Matemática, Comunicação e Expressão, Saúde, Higiene, etc. Estes conteúdos permitem o desenvolvimento da metodologia.

<u>Alternativas de capacitação de alfabetizadores</u>

- Metodologia do PAF
  - . vivência dos passos metodológicos;
  - . trabalho com proposições;
  - . utilização dos módulos complementares do treinamento GIS (área pedagógica);
  - . análise de documentos: - material didático, apostilas, textos dos módulos complementares do Treinamento GIS (área pedagógica);
  - . exposição com debates, etc.

- Conteúdos gerais

  . utilização do material de diversos Programas do MOBRAL (EI, PES, Autodidatismo, PRODAC), dos diversos materiais do Posto Cultural e Profissionalização;

  . desenvolvimento do Programa de Autodidatismo;

  . trabalho com proposições;

  . análise de documentos;

  . exposição com debates etc.

Um dos aspectos, que caracterizou a capacitação dos alfabetizadores, durante 1977, foi a ênfase dada à continuidade da capacitação, realizada durante o treinamento básico, através de realimentações periódicas (muitas vezes mensais) do alfabetizador.

As alternativas, acima descritas, foram utilizadas durante os treinamentos básicos ou realimentações periódicas.

Foram os seguintes os instrumentais utilizados para capacitação dos alfabetizadores em conteúdos metodológicos:

- "Roteiro de apoio e orientações ao responsável pela capacitação de alfabetizadores".

  Este roteiro contém as alternativas de capacitação dos alfabetizadores.

- "Roteiro de orientações ao alfabetizador"

  Elaborado e impresso em 1977, esse roteiro aborda os diversos aspectos metodológicos do Programa de Alfabetização Funcional: a metodologia para o ensino da leitura, da escrita e da matemática, fixando, também os objetivos terminais desse Programa e mostrando como deve ser avaliado o aluno das classes de alfabetização.

- Módulos complementares do Treinamento GIS - área pedagógica.

  O quadro 3 mostra a utilização desses módulos, durante o ano de 1977, para a capacitação de alfabetizadores.

QUADRO 3: Nº DE ALFABETIZADORES TREINADOS ATRAVÉS DOS MÓDULOS GIS - 1º SEMESTRE 77

MÓDULOS	Nº DE ALFABETIZADORES TREINADOS
1. Cartaz Gerador	27.297
2. Leitura continuada e as habilidades de leitura	23.968
3. A palavra geradora e o aprendizado da leitura e da escrita	26.539
4. Se os números contassem	13.154
5. Técnica de trabalho de grupo e trabalho diversificado	24.042
6. Avaliação do aluno	6

Fonte : SUSUG

- Fitas de 4 Encontros do PAF/VR

O conteúdo dos 4 Encontros é o seguinte:

. exploração do cartaz gerador;
. apresentação da palavra geradora;
. divisão silábica da palavra geradora;
. formação das famílias silábicas;
. formação de palavras com as famílias silábicas;
. decodificação das palavras formadas;
. formação de frases com as palavras estudadas.

O sub-projeto de capacitação de alfabetizadores, utilizando encontros do PAF/VR, foi implantado em 1977, em caráter experimental, nos seguintes Estados: Alagoas, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Estratégias para o estudo de conteúdos gerais:

- participação dos alfabetizadores, no Programa de Autodidatismo, implantado em 200 municípios, sob a responsabilidade de elementos das COEST/COTER, SE e SA.

No momento, não dispomos, ainda, de dados quantitativos suficientes, para que se faça uma idéia precisa da participação dos alfabetizadores, no Programa de Autodidatismo.

- utilização do material didático do Programa de Autodidatismo do MOBRAL, incorporado ao acervo dos Postos Culturais ou COMUN, em 3.000 municípios. Foram distribuídos 30.000 exemplares dos seguintes roteiros de atividades:

  . "Casa, uma necessidade de todos nós"
  . "Vivemos em grupo, vivemos em comunidade"
  . "No campo ou na cidade, o homem trabalha"
  . "Conhecendo mais sobre indústria e comércio"
  . "Brasil, o país onde você vive"
  . "Roteiro de Matemática" I, II e III.

- utilização do material didático dos seguintes programas:

  . Programa de Educação Integrada

  Utilização, em treinamento, do estoque das COEST/COTER, sempre que foi possível.

  . Programa de Educação Comunitária para a Saúde.

  Distribuição a 2.577 municípios dos estados BA, AM, GO, MA, MG, PA, PR, RN, SE e SP do seguinte material de apoio, para ser incorporado ao acervo dos Postos Culturais:

"As doenças"	- 2.430 exemplares
"Alimentação"	- 2.820 exemplares
"Higiene"	- 2.760 exemplares
"Saúde da mãe e da criança"	- 2.400 exemplares
Conjunto de cartazes (preto e branco)	- 2.430 exemplares

  A distribuição desse material foi feita, proporcionalmente, à meta de cada estado.

  . Programa Diversificado de Ação Comunitária

  Foi distribuído o estoque disponível do material desse programa, principalmente, aos estados bolsão e, àqueles com meta significativa, para ser incorporado ao acervo dos Postos Culturais.

Quanto ao planejamento da capacitação dos alfabetizadores, ao nível das Coordenações, temos a informar que, todas as Agências Pedagógicas, que solicitaram, receberam visitas de técnicos da GEPED, para subsidiá-las nesse planejamento. As demais, o realizaram com base nas orientações recebidas, durante o Encontro de APEDE - dezembro de 1976.

O passo seguinte foi a preparação dos demais elementos das COEST/COTER, para o planejamento e implantação do Projeto de Capacitação dos alfabetizadores, nos municípios.

Sob a responsabilidade dos SA e com a participação, sempre que necessário e possível, da Agência Pedagógica, elementos das Agências-Fim, SE, ENSUG e EPEDE, foi realizada a capacitação dos alfabetizadores e demais elementos da COMUN, abrangendo:

- Treinamento básico e
- Realimentação periódicas.

Na composição desse quadro, foram utilizadas fontes, sempre homogêneas. Assim é que, em relação ao número de alfabetizadores, foi utilizado o dado do SIQAF, dando o número de classes cadastradas até 11/01/78, enquanto que, sobre a realização de treinamento básico, as informações, relativas aos meses de novembro/dezembro, não são disponíveis. A comparação desses dados, portanto, não traduz, fielmente, a realidade. Acreditamos, no entanto, que uma idéia, aproximada dessa realidade, pode, assim, ser formada.

Consideramos, para efeitos da análise, que as COEST/COTER nunca deixaram de informar, quando realizaram treinamentos básicos de alfabetizadores, em outras palavras, a ausência de informações significa não realização de treinamento.

O agrupamento dos dados, relativos ao treinamento básico de alfabetizadores, por blocos, definidos em função das características dos estados, no que diz respeito à população adulta analfabeta, tem como objetivo facilitar a análise, quanto à ação desenvolvida para o PAF, pelas Coordenações, nas quais este programa é ou não prioritário.

É importante ressaltar que o bloco A, constituído pelos estados bolsão, salienta-se como aquele que treinou menor percentual de seus alfabetizadores: 59% dos alfabetizadores, desse bloco, contra 66%, no bloco B e 62%, no bloco C.

Duas, dentre as Coordenações do bloco A - BA e PE - treinaram menos de 40% de seus alfabetizadores. Enquanto, duas outras Coordenações, desse bloco - MG/S e DF - treinaram mais de 100%, o que pode significar uma seleção de alfabetizadores, posterior ao treinamento ou um empenho na capacitação desses recursos humanos.

QUADRO 4: TREINAMENTO DE ALFABETIZADORES

COEST/ COTER	ALFABETIZADORES			% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO BRASIL	CARGA HORÁRIA MÉDIA(***)
	TOTAL(*)	(***) TREINADOS	% DE ALFAB. TREINADOS		
CE	11.998	7.093	59,11	7,91	30
BA	27.902	10.731	38,45	11,96	32
PR	6.767	4.403	65,06	4,91	21
GO (**)	4.559	3.528	77,38	3,94	30
MG/N	13.986	11.556	82,62	12,89	18
MG/S	5.945	9.378	157,74	10,45	24
DF (**)	1.234	1.575	127,63	1.76	32
PE	11.617	1.453	12,50	1,63	26
TOTAL BLOCO A	84.004	49.717	59,18	55,45	26
RJ	7.580	1.263	16,66	1,40	22
PB	4.316	2.934	67,97	3,27	32
SP	4.849	81	1,67	0,09	23
RS	2.674	2.355	88,07	2,63	18
MA	10.903	8.402	77,06	9,38	37
MT/N	939	449	47,81	0,50	26
MT/S	976	572	58,60	0,63	16
PA	2.186	2.228	101,92	2,48	32
SE	3.669	3.148	85,79	3,52	28
PI	6.024	2.156	35,79	2,40	32
RN	5.037	9.212	182,88	10,28	6
TOTAL BLOCO B	49.153	32.800	66,73	36,58	24
SC	539	591	109,64	0,66	15
AM	1.549	774	49,96	0,86	32
AC	548	266	48,54	0,30	30
RO	152	21	13,81	0,02	28
AP	437	545	124,71	0,60	29
AL	5.471	3.999	73,09	4,47	21
ES	2.089	795	38,05	0,88	24
RR	116	150	129,31	0,16	18
TOTAL BLOCO C	10.901	7.141	65,50	7,97	24
BRASIL	144.062	89.658	62,23	100,00	25

COEST/COTER que não informaram quanto ao treinamento de alfabetizadores:

1º bimestre: CE, BA, RJ, SP, RS, MT/N, MT/S, PA, PI, SC, AC, AL, RR
2º bimestre: RJ, ES, RR
3º bimestre: BA, SE, PI, RO, AP, AL, RR
4º bimestre: BA, PE, MT/S, AC, RO, AL
5º bimestre: CE, BA, SP, PI, RO, RR

Fontes: (*) - Situação dos convênios de AF - GIFOR - 11/01/78
(**) - Posição de conveniamento - GEPAC - 21/12/77
(***) - Relatórios bimestrais (do 1º ao 5º bimestre) das Agências Pedagógicas

Quanto ao fato da COEST/RN ter treinado 182,88% de seus alfabetizadores, é necessário lembrar que essa COEST optou pelo treinamento parcelado, o que pode ser, facilmente, observado pela carga horária média, desses treinamentos (6h). Isso pode significar que o mesmo alfabetizador participou de várias parcelas, desse treinamento, sendo contado como treinado, tantas vezes quantas participou, desse tipo de treinamento. Ainda, dentro do bloco B, temos a ressaltar a COEST/SP, que treinou, apenas, 1,67% de seus alfabetizadores.

Apenas, 3 (três) das Coordenações, do bloco C, treinaram mais de 50% de seus alfabetizadores. Sendo que, a performance do bloco, como um todo, deve-se ao desempenho da COEST/AL, na qual estão concentradas quase 50% do total das classes.

Como conclusão, podemos afirmar que, a performance do PAF, em 1977, no que diz respeito à capacitação dos elementos, diretamente responsáveis pelo seu desenvolvimento, não pode ser considerada boa, pois o treinamento básico é imprescindível e deveria ter, em termos ideais, uma carga horária média de 40 horas. Quanto à participação dos alfabetizadores nos treinamentos e quanto à carga horária média dos mesmos, apenas, pouco mais da metade realizou-se, efetivamente.

3. SUPERVISÃO ÀS CLASSES

A supervisão pedagógica, às classes de Alfabetização Funcional, é uma atividade indispensável, pois fornece subsídios para o conhecimento da realidade da sala de aula, do comportamento do alfabetizador e dos alunos e da situação em que ocorre a aprendizagem. Desse modo, permite uma avaliação progressiva do Programa e o seu acompanhamento sistemático.

A pesquisa, realizada pelo MOBRAL, em 1975, na Região Nordeste, revelou que, apenas, 15,4% das visitas, feitas às classes da amostra, foram realizadas pelos Supervisores de Área; 1,5% pelos Supervisores Estaduais e o 4%, pelos Agentes Pedagógicos. Isto significa que, os elementos melhor capacitados, para exercerem esta atividade, na realidade não a estavam exercendo.

Por esse motivo, foi elaborado, pela GEPED/ASSOP/SUSUG/SIIMO, o "Plano de Supervisão Pedagógica por Metas ao PAF", com o objetivo de contribuir para o aumento da produtividade global do Programa. Este plano, implantado em 1977, propôs duas linhas de ação, de acordo com as características dos estados.

PRIMEIRA LINHA

Devído à grande concentração de analfabetos na Bahia, Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro, foi adotada, para estes estados, uma estratégia de ação, que consistiu na intensificação da supervisão pedagógica, nos municípios, desses estados, com baixa produtividade e grande número de alunos.

Com base no número de alunos matriculados, no início do programa e a produtividade total do município, foi definido o índice de intensidade do trabalho, para a definição dos municípios, onde a atividade de supervisão deveria ser concentrada.

Uma equipe, constituída pelo Coordenador Estadual, Coordenador Adjunto, os Agentes e Auxiliares, os Supervisores de Área e Estaduais, ficou responsável pela supervisão a 15% das classes do município com maior índice de intensidade de trabalho, em cada área local de supervisão.

Nos municípios não selecionados, a supervisão continuou a cargo da COMUN, Grupo de Apoio, Supervisor de Área, etc.

SEGUNDA LINHA

Para os demais estados do Brasil, foram estabelecidas metas mínimas de supervisão, para os técnicos das COEST/COTER, Supervisores Estaduais e de Área, principalmente, esses últimos.

A meta estabelecida foi a seguinte:

- Coordenador Estadual/Territorial e Coordenador Adjunto

  . realização de 2 (duas) visitas mensais, às classes, sem determinação de zona.

- Agente de Área-Fim

  . mínimo de 2 (duas) visitas de supervisão mensal, sendo uma na zona rural e outra na zona urbana.

- Supervisão Estadual

  . auxiliar os SA, no cumprimento de suas metas, principalmente, com relação aos municípios, onde há grande concentração de classes.

- Supervisão de Área

  . supervisionar um mínimo de 5% das classes da zona rural e 5% das classes da zona urbana de cada município, sob sua responsabilidade.

Os ENSUG, EPEDE, GA e demais membros das COMUN foram estimulados a ampliar o número de visitas que já realizavam às classes de alfabetização.

O controle e acompanhamento do plano, a cargo da Agência Pedagógica e do Coordenador-Adjunto, obedeceram à seguinte sistemática:

- listagem dos municípios e respectivas classes;

- listagem das classes selecionadas, com nome do alfabetizador, supervisor responsável, endereço e localização da classe.

A capacitação dos elementos das COEST/COTER, envolvidos no "Plano de Supervisão Pedagógica por Metas ao PAF", ficou a cargo das Agências Pedagógicas e SUSUG. Esses elementos foram treinados na metodologia do PAF, sobre o que deve ser observado, durante as visitas de supervisão pedagógica sobre como e em que realimentar o alfabetizador, após a supervisão.

Como orientação sobre os aspectos, que devem ser observados, durante a supervisão, cada supervisor recebeu um "Roteiro de visita às classes de Alfabetização Funcional".

O "Plano de Supervisão Pedagógica por Metas ao PAF", acima descrito, foi distribuído às COEST/COTER, durante os Mini-Encontros de APEDE (20 - 24/07/77 e 08 - 12/08/77) e através de ofício (04/08/77), devendo cada Coordenação adaptá-lo às características locais, dando, assim, origem ao Plano Estadual/Territorial de Supervisão.

As Coordenações receberam o Plano, como uma sugestão, visando maior intensidade do trabalho de supervisão; podendo tanto adequá-lo, como escolher a linha de ação, que melhor se adapte a suas condições.

Até o momento, as seguintes Coordenações enviaram seus Planos Estaduais de Supervisão:

. PI, GO, RS, ES, BA, CE, MG/S, MG/N e MA.

Assim, apenas 9, entre as 27 Coordenações, enviaram até o momento seus respectivos Planos Estaduais/Territoriais de Supervisão.

Compararemos a seguir os dados sobre a supervisão pedagógica no 1º e no 2º semestres de 1977, para formar uma idéia da intensificação da atividade de supervisão, que deveria decorrer da implantação desses planos.

Não faremos nenhuma distinção entre as COEST, acima relacionadas, que enviaram seus planos para análise pela GEPED e aquelas que não os enviaram, pois, o não envio não significa, necessariamente, que essas COEST/COTER não implantaram seus respectivos planos.

As informações disponíveis, sobre a supervisão pedagógica, não indicam quantas classes foram supervisionadas e sim quantas visitas de supervisão foram realizadas. Para efeito de análise, consideramos que cada visita foi realizada a uma classe diferente e, apenas quando o número de visitas exceder o total de classes, será considerado que as classes foram supervisionadas mais de uma vez.

Durante o 2º semestre de 1977, houve uma intensificação bastante significativa, nas visitas de supervisão realizadas.

QUADRO 5: VISITAS DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
- 1º e 2º SEMESTRE -

COEST/ COTER	1º SEMESTRE			2º SEMESTRE			ACRÉSCIMO	
	Nº DE CLASSES (*)	VISITAS DE SUP. (***)	%	Nº DE CLASSES (*)	VISITAS DE SUP. (****)	%	(5)-(2)	%
CE	6.691	414	6,2	5.307	1.142	21,5	728	175,8
BA	14.872	-	-	13.030	-	-		
PR	3.709	614	4,1	3.058	1.424	46,5	810	131,9
GO (**)	2.924	139	3,7	1.635	1.643	94,7	1.504	1.082,0
MG/N	6.630	1.141	17,2	7.356	1.558	21,2	417	36,5
MG/S	3.183	982	30,8	2.762	2.468	89,3	1.486	151,3
DF (**)	647	1.331	205,7	587	1.525	259,8	194	14,6
PE	6.981	2.276	32,6	4.636	1.636	35,3	- 640	- 28,1
TOTAL BLOCO A	45.637	6.897	15,1	38.371	11.396	29,7	4,499	65,2
RJ	4.001	221	5,5	3.579	5.002	139,7	4,781	2.263,3
PB	3.210	1.462	45,5	1.106	2.574	232,7	1.112	76,0
SP	2.929	240	8,2	1.920	593	30,9	353	147,0
RS	1.857	429	23,1	817	1.176	143,9	747	174,1
MA	9.407	924	9,8	1.496	3.376	225,6	2.452	265,4
MT/N	562	148	26,3	377	360	95,5	212	143,2
MT/S	593	175	29,5	383	557	145,4	382	218,3
PA	1.202	79	6,6	984	836	84,9	757	958,2
SE	1.886	804	42,6	1.783	1.024	57,4	220	27,3
PI	3.830	653	17,0	2.194	1.733	78,9	1.080	165,4
RN	2.537	480	18,9	2.500	2.221	88,8	1.741	362,7
TOTAL BLOCO B	32.014	5.615	17,5	17.139	19.452	113,5	13.837	246,4
SC	312	206	66,0	227	447	196,9	241	117,0
AM	716	319	44,5	833	542	65,0	223	69,9
AC	377	177	46,9	171	503	294,1	326	184,1
RO	35	49	140,0	117	357	305,1	308	628,6
AP	214	-	-	223	106	47,5	106	-
AL	2.989	456	15,2	2.482	1.860	74,9	1.404	307,9
ES	1.185	19	1,6	904	714	78,9	695	3.658,2
RR	53	82	154,7	63	-	-	-	-
TOTAL BLOCO C	5.881	1.308	22,2	5.020	4.529	90,4	3.221	246,2
BRASIL	83.532	13.820	16,5	60.530	35.377	58,4	21.557	156,0

COEST/COTER que não informaram quanto à realização de visitas de supervisão pedagógica:

1º bimestre: CE, BA, MG/N, RS, RJ, SC, AP, AL
2º bimestre: BA, SC, SP
3º bimestre: BA, AP, AP
4º bimestre: BA, AC, RR
5º bimestre: CE, BA, RR

Fontes: (*) - Situação dos convênios de AF - GIFOR - 11/01/78
(**) - Posição de conveniamento - GEPAC - 21/12/78
(***) - Relatórios bimestrais das APEDE (I a III)
(****) - Estimativa com base nos relatórios bimestrais das APEDE (I a V)

O fato de que as visitas de supervisão, realizadas durante o 2º semestre, foram comparadas com o total de classes cadastradas, no 2º semestre e que, provavelmente, durante o início desse semestre, ainda, deveriam estar em funcionamento classes cadastradas, no 1º semestre, pode significar uma superestimação do dado.

Os dados, sobre a realização de visitas de supervisão pedagógica, durante o ano de 1977, foram estimados com base nos relatórios bimestrais (I a V) das Agências Pedagógicas. As informações sobre o 6º bimestre, não estão disponíveis e tentando ter uma idéia mais aproximada da realidade, considerou-se que as visitas, realizadas nesse bimestre, correspondem à média aritmética daquelas realizadas nos 5 bimestres anteriores. Esse fato pode significar uma subestimação dos dados do 2º semestre.

Tendo sempre em vista as ressalvas acima feitas, procederemos à análise comparativa do 1º e 2º semestre, no que diz respeito à realização de supervisão.

Enquanto que, no 1º semestre, 12 Coordenações visitaram menos de 20% de suas classes, durante o 2º semestre, 18 Coordenações visitaram mais de 70% de suas classes e 9 visitaram mais de uma vez cada classe. Isto significa que, no 2º semestre, o desempenho das COEST/COTER, no que diz respeito à supervisão às classes de Alfabetização Funcional, aproximou-se do que poderia ser desejado.

Analisando o acréscimo de visitas no 2º semestre, por blocos, nota-se que no bloco A essa atividade foi menos intensificada: enquanto que, nos blocos B e C, esse acréscimo corresponde a 246% das visitas realizadas no 1º semestre, no bloco A esse acréscimo corresponde a 65%.

Entre as Coordenações do bloco A, destaca-se a COEST/GO, como aquela em que houve melhora mais significativa na realização dessa atividade: 3,7% de classes visitadas, no 1º semestre e 94,7%, no 2º semestre. Pernambuco é o único Estado onde houve um decréscimo, em números absolutos, nas visitas de supervisão realizadas.

Entre as Coordenações do bloco B, 5 realizaram um número de visitas de supervisão equivalente a mais de 100% de suas classes. O número total de visitas realizadas, durante o 2º semestre, pelas COEST do bloco B, é superior ao total de classes desse bloco. Isto poderia significar que cada classe foi supervisionada, pelo menos uma vez, não fosse as diferenças de performance entre as Coordenações desse bloco.

Em relação ao bloco C, destacam-se Acre e Rondônia, como as Coordenações em que cada classe foi supervisionada ao menos duas vezes.

Não se pode afirmar que este acréscimo — o melhor desempenho das Coordenações no que diz respeito à supervisão pedagógica às classes de Alfabetização Funcional — foi consequência exclusiva do Plano de Supervisão por Metas ao PAF. No entanto, a coincidência entre a implantação do referido plano e a intensificação das visitas de supervisão indica que houve, ao menos, uma certa influência.

O dado quantitativo sobre a realização de visitas de supervisão, (quadro 6), isolado de seu contexto, não tem grande significado. A COEST/MT-S, por exemplo, realizou 732 visitas de supervisão, número, praticamente, igual ao realizado pela COEST/ES (733), no entanto, em termos relativos a diferença é bastante grande: enquanto a primeira Coordenação visitou 75% de suas classes, a segunda supervisionou, apenas, 35%.

Considerando, que cada visita de supervisão foi realizada a uma classe diferente, ou seja, que nenhuma classe foi visitada duas ou mais vezes, durante o ano, temos que, apenas, um pouco mais de 1/3, das classes de todo o Brasil, foi supervisionado. O desempenho das Coordenações, no tocante à realização dessa atividade, não pode, portanto, ser considerado satisfatório.

Apenas 4 Coordenações visitaram, mais de uma vez, as classes de alfabetização de seu estado/território, sendo que 3, dentre elas, fazem parte do bloco C (SC, AC e RO), onde o Programa de Alfabetização não é prioritário.

Dentre as 8 Coordenações do bloco A, 2 visitaram menos de 20% de suas classes, enquanto, em relação ao bloco B, isto só ocorreu com uma Coordenação (SP), sendo que todas as COEST/COTER do bloco C visitaram mais de 20% de suas classes de alfabetização.

O menor percentual de classes visitadas encontra-se no bloco A (22%), seguindo-se o bloco B (51%) e o bloco C (54%), ou seja, quanto maior o número de classes no bloco, menor o percentual das que foram visitadas.

O quadro 7 e o gráfico 3 mostram a concentração, por blocos, das classes de alfabetização e das visitas de supervisão pedagógica realizadas.

Enquanto 58% das classes de alfabetização estão concentradas no bloco A, apenas 37% das visitas de supervisão foram realizadas pelas Coordenações desse bloco. No que diz respeito aos blocos B e C, essa relação se inverte.

QUADRO 6: VISITAS DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA - 1977

COEST/ COTER	TOTAL DE CLASSES (*) (1)	Nº DE VISITAS DE SUPERVISÃO (***)			PERCENTUAIS	
		ZU (2)	ZR (3)	TOTAL (4)	(3)/(4)	(4)/(1)
CE	11.998	704	852	1.556	55	12,9
BA	27.902	-	-	-	-	-
PR	6.767	1.196	842	2.038	41	30,1
GO (**)	4.559	1.221	561	1.782	31	39,1
MG/N	13.986	1.479	1.220	2.699	45	19,3
MG/S	5.945	2.022	1.428	3.450	41	58,0
DF (**)	1.234	2.680	176	2.856	6	231,4
PE	11.617	2.352	1.560	3.912	40	33,7
TOTAL BLOCO A	84.008	11.654	6.639	18.293	36	21,8
RJ	7.580	4.194	1.029	5.223	20	68,9
PB	4.316	1.846	2.190	4.036	54	93,5
SP	4.849	730	103	833	12	17,2
RS	2.674	1.134	471	1.605	28	60,0
MA	10.903	1.587	2.713	4.300	63	39,4
MT/N	939	303	205	508	40	54,1
MT/S	976	484	248	732	34	75,0
PA	2.186	405	510	915	56	41,8
SE	3.669	948	880	1.828	48	49,8
PI	6.024	1.268	1.118	2.386	47	39,6
RN	5.037	1.759	942	2.701	35	53,6
TOTAL BLOCO B	49.153	14.658	10.409	25.067	41	51,0
SC	539	328	379	653	56	121,1
AM	1.549	795	66	861	8	55,6
AC	548	238	442	680	65	124,1
RO	152	300	106	406	26	267,1
AP	437	46	60	106	56	24,2
AL	5.471	1.362	954	2.316	41	42,3
ES	2.089	454	279	733	38	35,1
RR	116	52	38	90	42	77,6
TOTAL BLOCO C	10.901	3.575	2.324	5.899	39	53,6
BRASIL	144.062	29.887	19.372	49.259	39	34,1

COEST/COTER que não informaram quanto à realização de visitas de supervisão pedagógica:

1º bimestre: CE, BA, MG/N, RJ, RS, SC, AP, AL
2º bimestre: BA, SC, AP
3º bimestre: BA, AP, AL
4º bimestre: BA, AC, RR
5º bimestre: CE, BA, RR

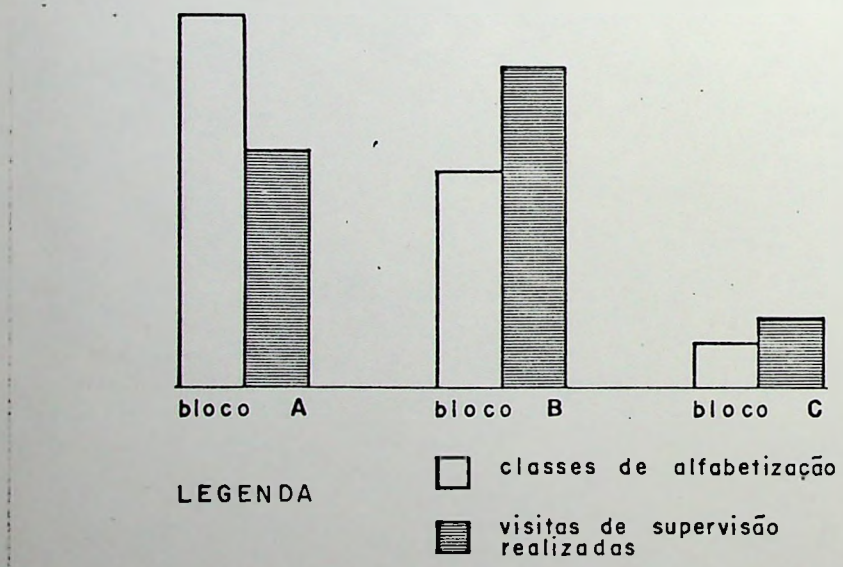
Fontes: (*) - Situação dos convênios de AF - GIFOR - 11/01/78
(**) - Posição de conveniamento - GEPAC - 21/12/77
(***) - Estimativa com base nos relatórios bimestrais (I a V) das Agências Pedagógicas.

QUADRO 7: CONCENTRAÇÃO DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO E DAS VISITAS DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA - POR BLOCOS

BLOCOS	Nº DE CLASSES		VISITAS DE SUPERVISÃO	
	TOTAL	PERCENTUAIS	TOTAL	PERCENTUAIS
A	84.008	58,3	18.293	37,1
B	49.153	34,1	25.067	50,9
C	10.901	7,6	5.899	12,0
TOTAL	144.062	100,0	49.259	100,0

Fonte: Idem ao quadro 6

GRÁFICO 3: CONCENTRAÇÃO DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO E DAS VISITAS DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA - POR BLOCOS



É necessário, ainda, enfatizar que a COEST/BA, onde estão concentradas quase 1/3 das classes de alfabetização do bloco A, deixou de informar, durante todo o ano de 1977, sobre a realização de visitas de supervisão, o que, certamente, teve uma influência negativa, sobre a performance desse bloco, como um todo.

Nota-se, também, que houve uma concentração das visitas de supervisão, na zona urbana, sendo esta concentração maior, no bloco A (64%), seguindo-se o bloco C (61%) e o bloco B (59%). Em relação ao total do Brasil, apenas, 39% das visitas de supervisão pedagógicas foram realizadas, na zona rural.

4. AVALIAÇÃO DO ALUNO

Avaliar significa fazer um julgamento sobre resultados, isto é, comparar o que foi realizado com o que se pretendia alcançar. Em outras palavras, avaliar significa julgar de acordo com o critério adotado.

Todas as oportunidades devem ser aproveitadas, para conseguir dados que enriqueçam a avaliação. É importante que a avaliação seja contínua, que não pare e que permita verificar as mudanças ocorridas durante todo o processo de aprendizagem.

Com o objetivo de orientar o alfabetizador, na avaliação contínua de seus alunos, o decálogo do PAF foi substituído, em 1977, por objetivos terminais, segundo os quais se pode considerar o aluno alfabetizado. Esses objetivos são:

- identificar o conteúdo dos textos e das frases que lê;
- escrever textos e frases com sentido completo;
- resolver situações-problema, envolvendo as 4 operações, com número de um e dois algarismos, com e sem agrupamento;
- resolver situações-problema que envolvam medidas de comprimento (m, cm, km), cálculo de perímetro, medidas de capacidade (ℓ), medidas de massa (g e kg), medidas de valor (cruzeiro e centavo), utilizando quantidades inteiras e frações.

Esses objetivos terminais foram operacionalizados no "Roteiro de Orientações ao Alfabetizador", sendo dadas sugestões de como o alfabetizador poderá acompanhar, passo a passo, o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

Em anexo, apresentamos a árvore de objetivos do PAF.

SEPAF/AMBC/tmb.

CAPÍTULO II: PROJETOS ESPECIAIS

1. QUANTO À ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
2. QUANTO AO CONVENIAMENTO
3. QUANTO AO USO DE TECNOLOGIAS

1. QUANTO À ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Pesquisas, relatórios e dados enviados do campo mostraram que houve uma certa queda, no rendimento do PAF.

Assim, além das dificuldades, naturalmente crescentes, para o recrutamento de analfabetos, verificou-se, também, um aumento nos índices de evasão e reprovação.

Considerando a necessidade de revitalização do PAF, a GEPED optou em 1977, por uma diversificação na estratégia de desenvolvimento desse Programa, integrando-o com outros programas do MOBRAL e/ou propondo alternativas para o desenvolvimento do mesmo, tendo em vista as características da clientela a ser atingida. Este é o caso dos programas/projetos abaixo relacionados:

- Programa de Alfabetização Funcional e Educação para o Trabalho (PAFET)
- Projeto de Integração PAF/PES
- Campanha Leitor Faz Leitor
- Projeto de Recuperação dos Alunos do PAF, ao Longo do Processo
- Projetos de Iniciativa das Coordenações.

1.1. Programa de Alfabetização Funcional e Educação para o Trabalho

Os resultados da pesquisa "Diagnóstico de Evasão e Reprovação Potencial", aplicada no Estado do Rio de Janeiro, mostraram que uma das principais motivações do adulto, que busca alfabetizar-se, é a expectativa de ascensão profissional e conseqüente melhoria no nível de vida.

Tendo-se em vista a necessidade de revitalização do PAF e o interesse da clientela, desse programa, por temas profissionalizantes, foi criado o "Programa Especial de Alfabetização e Educação para o Trabalho", pelas Gerências de Profissionalização e Pedagógica.

Este programa incorpora ao PAF conteúdos específicos de Educação para o Trabalho, de modo a levar o aluno à melhor compreensão da importância e amplitude do mundo do trabalho e, ainda, à descoberta das oportunidades de aperfeiçoamento profissional.

O PAFET tem as seguintes finalidades:

- aumento da produtividade do PAF;
- melhoria do produto final - o alfabetizado; e
- iniciação profissional da clientela do MOBRAL, através de um atendimento rápido e em larga escala.

O material didático utilizado é o mesmo do PAF normal, acrescido do Conjunto Didático Complementar Específico de Educação para o Trabalho: "Eu faço, tu fazes", composto de um livro para o aluno e outro para o alfabetizador, sendo usado a partir do momento em que o aluno está apto a ler e escrever pequenos textos.

Uma outra característica, desse programa, é que o alfabetizador recebe uma gratificação fixa, estipulada em Cr$ 400,00 mensais, durante a fase experimental.

O Programa foi implantado, em caráter experimental, em 5 municípios, do Rio Grande do Sul, durante o mês de julho de 1977. Foi estabelecida a meta de 1.000 alunos, distribuídos em 50 classes. Essas classes funcionaram, em sua maioria, na zona rural.

Sobre os resultados da experiência do PAFET no Rio Grande do Sul, as informações são conflitantes:

1) Dentro do esquema de acompanhamento e avaliação do Programa, três técnicos do MOBRAL Central - 1 da GEPED e 2 da GEPRO - foram ao Rio Grande do Sul de 07 a 11 de novembro, com o objetivo de supervisionar as classes do PAFET de 3 municípios, entre os 5 que o implantaram.

   Esses três municípios, na época da implantação, contavam com 30 classes, as quais tinham, em média, 20 alunos. Dessas 30 classes, 15 foram supervisionadas: em 6, a média de alunos por classe era de 3 ou 4; nas 9 restantes, não se encontrou alunos.

2) A posição, em 04.11.77, fornecida pela ASCON, indica uma freqüência de 424 alunos, em 2 dos municípios supervisionados, os quais contavam com 20 classes do PAFET, o que significa média de 21 alunos por classe. A posição, em 04.12.77, dá como freqüência, para os 3 municípios supervisionados, pelo MOBRAL Central, 598 alunos, contando esses municípios com um total de 30 classes, isso significa, quase 20 alunos por classe. Sendo essa a média de alunos, no início do programa, conclui-se que não houve evasão.

Como conciliar as informações fornecidas pelos técnicos do MOBRAL Central, baseadas em observações, com aquelas fornecidas pela ASCON?

Poder-se-ia concluir que os dados enviados pelos alfabetizadores à COEST e por essa à ASCON são falsos?

Os dados da ASCON indicam uma produtividade de 44,5% para o PAFET. A ausência de alunos em classe, no 4º mês do Programa, não invalida, necessariamente, esse dado, uma vez que é possível a ocorrência de evasão, após o aluno estar alfabetizado.

1.2. Projeto de Integração PAF/PES

Com o objetivo de contribuir, para a redução da perda de mobilização, do índice de evasão e para maior produtividade do PAF, foi desenvolvido o Projeto de Integração PAF/PES.

O desenvolvimento do PAF se fez de forma paralela ao do PES, seguindo uma das alternativas abaixo:

- o alfabetizador é ao mesmo tempo monitor do PES e desenvolve, em classe, atividades que têm conteúdos da área de saúde. Os alunos são mobilizados, para fazerem parte do grupo de participantes do PES;
- o alfabetizador de localidades, onde existem grupos participantes do PES, desenvolve, em classe, conteúdos da área de saúde e é mobilizado, junto com seus alunos, para fazer parte dos grupos participantes do PES.

O material didático utilizado é o mesmo dos dois programas (PAF/PES), acrescido de uma apostila, que contém sugestões, para o desenvolvimento de conteúdos de saúde, nas classes de alfabetização, acrescida, para o caso do alfabetizador/monitor, de sugestões de atividades integradas do PAF com o PES.

Este projeto foi desenvolvido em 1977, nos Estados do Ceará e Pernambuco.

No Ceará, apenas, a primeira alternativa foi desenvolvida, contando com 46 alfabetizadores/monitores. Segundo depoimentos dos técnicos da COEST e dos SA de municípios, onde o PAF/PES foi implantado, a integração dos dois programas tem, realmente, servido de reforço ao PAF, motivando, inclusive, os alunos das classes de alfabetização, para a leitura do material de apoio do Programa de Educação Comunitária para a Saúde.

O Projeto PAF/PES foi implantado em 8 usinas da zona canavieira de Pernambuco, para atender à população residente das usinas/ engenhos. No momento estão em funcionamento 52 grupos do PES e 102 classes de alfabetização, com um total de 2.428 alunos.

Se bem que, em termos quantitativos o Projeto de Integração PAF/PES, em Pernambuco, não tenha, ainda, correspondido ao desejado, em termos qualitativos, o acompanhamento das classes tem demonstrado que a experiência está tendo bons resultados. Estes resultados são decorrentes tanto da infra-estrutura educacional e social das usinas, quanto das características específicas do Projeto PAF/PES.

No momento, não podemos, ainda, proceder a uma avaliação do projeto, no que diz respeito ao seu objetivo de aumento da produtividade do PAF.

1.3. Campanha Leitor Faz Leitor

Essa Campanha visa atender, individualmente, os adultos analfabetos, que têm dificuldade de freqüentar as classes de alfabetização, por problemas de acesso ou horário e também àqueles que, por algum motivo, mostram-se refratários à ação mobilizadora do MOBRAL.

O objetivo da "Campanha Leitor Faz Leitor" é de mobilizar recursos humanos voluntários para, através de um atendimento individual ao adulto analfabeto, desenvolver nova estratégia de ação, para erradicação do analfabetismo no Brasil.

Para o desenvolvimento dessa Campanha, foi elaborado o "Manual de Apoio ao Alfabetizador" que contém instruções, para o desenvolvimento do processo de alfabetização.

Cada alfabetizador, responsável por um aluno, recebe um conjunto de material, constando, além do Manual acima referido, de livros de Leitura, Matemática e de Exercícios de Linguagem.

Os municípios, em que esse projeto foi implantado, foram escolhidos pelas COEST/COTER, cada capital devendo, no entanto, contar com dois postos de atendimento, no mínimo: um na COEST/ COTER e outro na COMUN.

Em 1977, a Campanha foi implantada por 12 Coordenações, existindo, no momento, 108 postos, em funcionamento e 1.215 alfabetizadores/ alunos inscritos.

Um maior êxito dessa Campanha dependeria de uma divulgação preliminar intensa e de uma sustentação dessa divulgação que, por vários motivos, não foi realizada.

Considerando-se que o Projeto foi enviado a campo, em outubro de 1977, o primeiro momento de avaliação dos alunos deverá ocorrer, a partir de março de 1978, uma vez que cada Coordenação está implantando a Campanha, de acordo com a sua possibilidade.

1.4. Projeto de recuperação dos alunos do PAF, ao longo do processo

Esse Projeto implantado, durante o 2º semestre de 1977, pela COEST/BA, faz parte da estratégia de atendimento especial aos Estados da Bahia e Ceará e tem como objetivo prestar assistência contínua aos alunos das classes do PAF, que apresentam baixo rendimento, no programa e/ou não conseguem acompanhar o ritmo da maioria dos alunos da classe.

O atendimento especial aos alunos, das classes de alfabetização, que fazem parte deste projeto é desenvolvido de acordo com as seguintes características:

- a recuperação dos alunos tem início a partir do 2º mês de aula, sendo a carga horária semanal do PAF, acrescida de duas horas, distribuídas da melhor forma possível;
- o alfabetizador desenvolve com os alunos mais carentes, atividades de reforço às técnicas de leitura, escrita e cálculo;
- o material didático será o mesmo utilizado pelo alfabetizador e alunos, durante o período normal de aula, enriquecido por outros materiais, selecionados pelo alfabetizador;
- os alunos, que realizam atividades de classe, nesse horário especial, são selecionados pelo alfabetizador, entre aqueles que necessitam de reforço à aprendizagem;
- a gratificação mensal do alfabetizador foi acrescida de Cr$ 100,00, a partir do 2º mês de aula inclusive, tendo em vista o trabalho extra, que é necessário que ele desenvolva.

Sobre o treinamento de alfabetizadores, a COEST/BA informou, apenas, os municípios em que a capacitação, nos aspectos específicos do projeto, foi realizada, durante os treinamentos básicos ou realimentações periódicas. O número de alfabetizadores, que foram capacitados, não é informado.

Por outro lado, de um total de 8.845 classes, apenas, 1.609, ou seja 18,1%, foram supervisionados.

Segundo informações da COEST/BA, os alfabetizadores, que desenvolveram esse projeto especial, apresentaram dificuldades quanto ao trabalho específico de recuperação a ser realizado. Isto, talvez, tenha acontecido por uma capacitação/acompanhamento insuficiente aos alfabetizadores.

1.5. Projetos de iniciativa das Coordenações

Partindo do conhecimento de sua realidade e dos pontos de estrangulamento locais, no desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, diversas Coordenações elaboraram e desenvolveram estratégias específicas, para o desenvolvimento desse Programa.

Citamos a seguir, a título de exemplo, alguns dos projetos especiais desenvolvidos em 1977, pelas COEST/COTER:

- Área Rural Rarefeita	- AM, RR
- Pescadores	- RN, PB, SE
- Transamazônica	- PA
- Zona Canavieira	- PE
- Plano Municipal de Alfabetização Funcional	- MG/S
- Projeto Jogos Pedagógicos	- MG/N
- Alfabetização a Domicílio	- RS
- Alfabetização Descentralizada	- ES
- Alfabetização Diversificada	- MT/N
- Curso Intensivo de Alfabetização	- AM, RS

entre outros.

Os diversos projetos especiais foram analisados e selecionados pela GEPED, para fazerem parte de uma publicação, que busca incentivar as Coordenações, no desenvolvimento de estratégias específicas de ação para o PAF. A adequação desse Programa, às realidades locais, tem, necessariamente, como conseqüência um melhor rendimento.

Esses projetos especiais, entre outros, foram acompanhados, sistematicamente, pela GEPED, através dos relatórios bimestrais das APEDE e dos dados fornecidos pela ASCON e, em geral, apresentaram melhor produtividade que os convênios normais do PAF.

O quadro a seguir mostra os dados disponíveis, até o momento, sobre os resultados apresentados pelos projetos/convênios especiais do PAF.

QUADRO 8: RESULTADOS QUANTITATIVOS - PAF/PROJETOS ESPECIAIS

COEST/COTER	CONVENIADOS	ALFABETIZADOS	PRODUTIVIDADE
AC	1.252	249	19,88
AM	22	24	109,9
BA	600	213	35,5
GO	65	25	38,4
MT/N	400	78	19,5
PB	3.302	1.931	58,5
PA	500	177	35,4
PI	1.066	942	88,3
SC	796	176	22,1
SE	1.230	618	50,2
T O T A L	9.233	4.433	48,0

Fonte: ASCON - dados parciais

Dentre os 10 estados, dos quais dispomos de dados, apenas 3 acusam uma produtividade inferior a 30%. Em comparação com a produtividade apresentada pelos convênios normais de PAF, em todo o Brasil: 32% - dados parciais - a produtividade apresentada pelos convênios especiais em geral, 48% é, realmente, muito boa.

2. QUANTO AO CONVENIAMENTO COM ENTIDADES, A NÍVEL DE MOBRAL CENTRAL

O levantamento do nível de escolaridade dos empregados de entidades, tais como a PETROBRÁS, a Fundação Emílio Odebrecht etc, mostrou que uma parcela significativa desses trabalhadores carece de educação básica.

Essa deficiência impede que tais empregados tenham possibilidade de ascensão profissional e reflete, negativamente, sobre a produtividade e integração à Empresa, como também sobre a participação na comunidade.

Para tanto são assinados convênios, entre o MOBRAL Central e a direção nacional das entidades, desenvolvendo-se em Unidades da Federação, onde a empresa está implantada. As atividades relativas à implantação do PAF e ao seu acompanhamento ficam à cargo das respectivas Coordenações.

Também, com o INCRA, foi firmado convênio a nível de MOBRAL Central, sendo que este convênio tem como finalidade a alfabetização de adultos residentes, na área de atuação desse órgão.

2.1. Projeto MOBRAL/PETROBRÁS

A implantação desse projeto permitiu o atendimento a empregados da PETROBRÁS, carentes de educação básica. Ao longo do desenvolvimento do PAF, foram fornecidas informações básicas, sobre o mundo do trabalho: responsabilidades do trabalhador, noções de higiene e segurança no trabalho e noções gerais sobre as áreas profissionais, em que atuam. O Programa foi, assim, adequado à clientela específica da PETROBRÁS.

Para o desenvolvimento desse projeto especial, além do material didático básico e complementar do PAF, foi elaborado material didático específico, com conteúdos de educação para o trabalho, selecionados, previamente, pela PETROBRÁS.

QUADRO 9: DEMONSTRATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO PAF - PROJETO MOBRAL/PETROBRÁS - 1977

U.F.	ÓRGÃO	MATRICULADOS	ALFABETIZADOS	% ALF./MAT.
RJ	SERARJ	7	3	42,8
	REDUC	45	37	82,2
BA	RLAM	62	33	53,2
	TEMADRE	36	8	22,2
T O T A L		150	81	54,0

Fonte: dados fornecidos pela PETROBRÁS em 24/10/77.

Em 1977, os trabalhos na PETROBRÁS, nem sempre funcionaram da maneira prevista. Entre os fatores, que interferiram na produtividade do projeto, podemos citar:

- falhas na correção do pré-teste, ocasionaram a formação de classes heterogêneas;
- troca constante de monitores;
- falta de apoio das chefias e sua resistência em liberar o pessoal para as aulas, etc.

A avaliação desse projeto ficou prejudicada pelo não recebimento, no MOBRAL Central, de alguns instrumentais ou pelo incorreto preenchimento dos mesmos.

De modo geral, no entanto, a PETROBRÁS mostrou-se satisfeita com o trabalho e com os resultados alcançados, pretendendo estender, em 1978, os cursos do MOBRAL a outros órgãos da empresa

2.2. Projeto MOBRAL/Fundação Emílio Odebrecht

Esse projeto regula a implantação de um Posto Cultural e o desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, na região de construção da Usina Nuclear de Angra dos Reis e visa dar atendimento aos empregados da Fundação Emílio Odebrecht, carentes de educação básica.

Foram treinados, na metodologia do PAF, pela COEST/RJ, 8 alfabetizadores e as aulas tiveram início, no final de outubro de 1977, em 2 classes do PAF. Foi constituída também uma classe de reforço à alfabetização.

2.3. Projeto MOBRAL/INCRA - Serra do Ramalho/BA

Para a construção do Reservatório de Sobradinho, no interior da Bahia, foi necessário o deslocamento da população residente na área, que deveria ser inundada.

Segundo os levantamentos realizados, tanto nos municípios da área inundada, quanto nas localidades para onde a população foi transferida, o nível de escolaridade é baixo, sendo analfabeta a maioria da população.

Com o objetivo, entre outros, de atender a essa população analfabeta, foi assinado, em 1977, um Termo Aditivo entre o INCRA e o MOBRAL.

O treinamento dos alfabetizadores deverá ser realizado, em fevereiro de 1978: prevê-se a instalação de 38 classes, para alfabetizar 803 adultos.

2.4. Projeto MOBRAL/INCRA - Transamazônica

Com o objetivo de dar atendimento à clientela analfabeta dos Projetos Integrados de Colonização do INCRA - Altamira, Maranhão e Itaituba - na Rodovia Federal Transamazônica, foi assinado convênio entre essa entidade e o MOBRAL.

Em 1977, segundo dados da ASCON, foram conveniados 1823 alunos, entre os quais 192 foram alfabetizados (dados parciais).

3. QUANTO AO USO DE TECNOLOGIAS

A incorporação de tecnologias de ensino ao Programa de Alfabetização Funcional tem como objetivo redimensionar as potencialidades de atendimento desse Programa.

Em 1977, foi implantado o Programa de Alfabetização Funcional via Rádio em recepção organizada e começaram a ser elaborados, pela GEPED, os Programas de Alfabetização Funcional pela TV e o PAF/VR, em recepção controlada.

3.1. PAF/VR - em recepção organizada

A introdução do rádio no Programa de Alfabetização Funcional decorreu de uma tentativa de melhorar a produtividade deste Programa, ao lado da intenção de ampliar o universo conceitual e vivencial do alfabetizador, através de um treinamento, em serviço, desses elementos.

Num trabalho de co-produção com a Fundação Educacional Padre Landell de Moura (FEPLAM), foi elaborado o Programa entre 1975 e 1976, tendo o mesmo ido ao ar, em caráter experimental, no início de 1977, em 6 (seis) Coordenações: MG/N, CE, PE, RS, PA, MT/S.

O PAF/VR em recepção organizada está estruturado em 100 aulas, das quais 90 radiofonizadas. As 10 aulas em que não é utilizado o rádio estão assim distribuídas: as 5 primeiras destinadas a um período preparatório e as 5 restantes, no término do Programa, para revisão e fixação da aprendizagem.

Na elaboração das 90 aulas radiofonizadas tomou-se por base o material didático básico da Editora Abril; as 20 palavras geradoras foram trabalhadas na mesma ordem contida no material, sendo que cada uma em 4 encontros, a saber:

1º encontro:

- Exploração do cartaz gerador;
- Apresentação da palavra geradora;
- Divisão silábica da palavra geradora;
- Formação das famílias silábicas.

2º e 3º encontros:

- Formação de palavras com as famílias silábicas;
- Decodificação das palavras formadas.

4º encontro:

- Formação de frases com as palavras estudadas.

Cada aula do PAF/VR tem uma duração total de 2 horas, 20 minutos são utilizados para a recepção de um encontro radiofonizado e após a audição do mesmo, o monitor desenvolve atividades de fixação da aprendizagem. Conteúdos e exercícios de matemática são desenvolvidos pelo monitor, aproveitando as aberturas dadas pela emissão.

A sistemática de supervisão ao Programa envolveu visitas mensais dos SA aos radiopostos, reuniões mensais dos SA com a APEDE, visitas dos técnicos da Agência Pedagógica e dos SE aos radiopostos e supervisão na COEST e nos municípios pelos técnicos do MOBRAL Central/GEPED, 2 meses após o início do Programa.

A viagem da supervisão do Programa em campo, por técnicos da GEPED, ocorreu no período de maio e agosto de 1977, tendo sido visitados 14 municípios e 46 radiopostos, o que representou 23% dos municípios onde o Programa foi implantado e 10% do total de radiopostos existentes. Através da análise das informações obtidas nas COEST, COMUN e classes dos 6 estados onde se desenvolveu o PAF/VR, podemos destacar os seguintes aspectos:

- Em mais da metade das Comissões Municipais da quase totalidade dos estados supervisionados, constatou-se a realização de reuniões pedagógicas mensais.

- Constatou-se em mais da metade dos estados visitados que as transmissões radiofônicas foram feitas regularmente, porém as aulas ficaram prejudicadas por fatores diversos (má utilização do rádio, interferência de outras emissoras na transmissão, baixa potência das emissoras etc.) independentes da própria metodologia do Programa.

- De acordo com as informações dos membros das COMUN, houve boa receptividade do PAF/VR na quase totalidade dos municípios visitados, apesar deste ter contribuído para despertar o interesse da comunidade pelos Programas do MOBRAL em apenas 20% dos casos.

- Verificou-se através dos dados obtidos nas Comissões Municipais que em 65% dos municípios visitados os monitores estavam encontrando dificuldades em conciliar o conteúdo radiofonizado com as atividades de classe.

- Constatou-se também através das informações dos membros das COMUN que em 60% dos municípios visitados o Manual do Monitor serviu como instrumento de apoio no desenvolvimento do Programa, sendo que em 24% dos casos ele orientou o monitor das classes onde a transmissão não era ouvida.

Analisaremos a seguir os dados do quadro 10 sobre os aspectos quantitativos da experiência de implantação do PAF/VR em recepção organizada. Experiência essa realizada durante o ano de 1977.

QUADRO 10: DADOS QUANTITATIVOS SOBRE O PAF/VR - 1977

COEST	CLASSES DO PAF/VR					CLASSES CONTROLE				
	MUN.	CLASSES	CONV.	APROV.	PRODUT.	MUN.	CLASSES	CONV.	APROV.	PRODUT.
CE	8	79	1.817	372	20,5	8	74	1.817	398	21,9
MT/S	9	55	1.195	105	8,9	9	116	1.880	777	41,3
PE	12	94	5.121	839	16,4	12	118	*3.641	1.019	28,0
RS	10	49	1.190	339	28,5	11	60	1.070	392	36,6
PA	10	94	4.386	382	8,7	10	80	1.949	259	13,3
**MG/N	10	100	3.004	1.030	34,2	10	* 19	* 591	303	51,2
TOTAL	59	471	16.713	3.067	18,3	60	277	9.131	2.050	22,4

Fonte: ASCON (classes PAF/VR)
APEDE (classes controle)

* - As informações referem-se à matrícula no 1º mês de aula.

** - Nesse dado estão computadas informações sobre classes conveniadas para o PAF/VR e que na verdade desenvolveram, normalmente, o PAF.

Em municípios que não recebiam o programa pelo rádio, foram selecionadas classes para, utilizando o mesmo material didático do PAF/VR (Editora Abril), servirem de controle à experiência. O número de classes selecionadas para servirem de controle à experiência deveria ser igual ao número de classes do PAF/VR, no entanto, isso não aconteceu; o que de certa forma influi na comparabilidade dos dados.

Pode-se observar pelos dados constantes do quadro 10 que as classes controle, em todos os estados, apresentaram melhor produtividade que as classes do PAF/VR. A produtividade, apresentada por esse programa em sua fase experimental, levando-se em conta as classes que funcionaram em todo o Brasil, seguindo dados da ASCON, foi de 18,3% o que não pode ser considerado satisfatório.

É necessário, entretanto, que se faça uma ressalva em relação a Minas Gerais/Norte. Essa Coordenação assinou convênio para a veiculação do programa em 10 municípios, mas devido a problemas com as emissoras de rádio, apenas em um município - Governador Valadares - o programa foi realmente implantado. Os dados do quadro 10 referem-se ao total desses municípios, porque as mesmas continuaram a ser controladas pela ASCON como classes do PAF/VR. Em Governador Valadares de um total de 1.341 alunos foram alfabetizados 655, o que significa uma produtividade de 48,9%, bastante próxima daquela apresentada pelas classes-controle (51,2%), tomando-se como base a freqüência no 1º mês de aula (não dispomos do total de conveniados para essas classes-controle).

Com o objetivo de verificar em que medida o rádio contribuiu para aumentar a permanência do aluno em classe, aumentar a participação dos alunos nas atividades extra-classe, aumentar o índice de aprovação da clientela alvo, melhorar o rendimento do monitor em termos de conhecimentos básicos e metodológicos foi elaborado, o Projeto de Avaliação do PAF/VR, em recepção organizada.

Entretanto, as informações enviadas pelas Coordenações, como resposta aos instrumentais desse plano de avaliação, não obedeceram às orientações dadas, tornando difícil a análise dos dados com vista à comprovação das hipóteses de avaliação. Por esse motivo optou-se pela elaboração de um relatório de desenvolvimento do PAF/VR, em recepção organizada, durante o ano de 1977.

3.2. Programa de Alfabetização Funcional via rádio, em recepção controlada

A implantação do PAF/VR em recepção controlada, se justifica na medida em que o aluno acompanha o Programa, sem a participação do monitor, elemento carente tanto nos grandes centros como em áreas rurais rarefeitas, onde persiste ainda um número considerável de analfabetos.

A duração do Programa será de 150 dias úteis ou 7 meses, constando de transmissões de 10 minutos diários. As aulas radiofonizadas constarão do desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, com enfoques de promoção para o trabalho.

A distribuição das aulas obedecerá ao seguinte esquema: 7 aulas dedicadas ao período preparatório, 48 aulas destinadas ao tratamento das 6 primeiras palavras geradoras desenvolvidas em 8 encontros cada uma e 84 aulas, onde as 14 palavras geradoras restantes serão trabalhadas em 6 encontros cada uma. Dentro deste esquema incluem-se também 5 aulas de recordação e 1 aula para avaliação formativa ao final do Programa.

Do material bruto, destinado à produção dos scripts, fazem parte: o mapeamento de cada palavra geradora (objetivos, passos didáticos, atividades, folhas do livro-caderno), os conteúdos de matemática, a decodificação das palavras formadas por encontro, os conteúdos de profissionalização seguido do material de consulta.

Em 1977, foi elaborado o projeto de implantação do PAF/VR, em recepção controlada, e produzido o material bruto para um total de 56 aulas, o que representa 37% de todo o material bruto a ser preparado.

3.3. Programa de Alfabetização Funcional pela TV

Utilizando a TV como veículo de impacto motivacional, pretende-se atingir, pelo PAF/TV uma clientela resistente aos meios tradicionais de ensino e situada nos centros urbanos e em suas periferias, sem, no entanto, descurar as zonas rurais. Através da televisão busca-se uma solução acelerada e de alta qualidade para o analfabetismo.

O PAF/TV está em fase de estabelecimento de convênios e contratação de equipe especializada para sua produção, está, também, sendo elaborada a documentação básica para a produção e utilização do Projeto. Além disso, será elaborado material gráfico de apoio para o Curso.

O campo de ação do PAF/TV compreende todos os locais em que chega o sinal de TV no Brasil. Será feita experimentação à nível de recepção organizada no Estado do Rio de Janeiro (10.000 alunos) e a nível de recepção controlada (40.000 alunos) nos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

CAPÍTULO III: PUBLICAÇÕES

Com o objetivo de capacitar os recursos humanos, responsáveis pelo desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, aportando-lhes subsídios metodológicos, sugestões para o enriquecimento do trabalho, na sala de aula e para o desenvolvimento do Programa, foram elaboradas, em 1977, as seguintes publicações relativas ao PAF:

- "Roteiro de Orientações ao Alfabetizador"
- "Cada pessoa tem seu nome... cada nome uma história"
- "Iniciativas locais: um reforço ao Programa de Alfabetização Funcional"

1. "Roteiro de Orientações ao Alfabetizador"

No "Roteiro de Orientações ao Alfabetizador" elaborado, impresso e distribuído em 1977, são desenvolvidos os diversos aspectos da metodologia do PAF, tendo em vista a capacitação dos alfabetizadores, e dos diversos elementos, diretamente, envolvidos, no desenvolvimento desse Programa.

São os seguintes aspectos enfocados:

- Os diversos programas do MOBRAL
- O Programa de Alfabetização Funcional
- Metodologia do ensino da leitura e escrita
- Metodologia do ensino da Matemática
- A avaliação do aluno.

Ao longo do desenvolvimento dos conteúdos metodológicos, são veiculadas sugestões de atividades, para o desenvolvimento dos trabalhos em classe.

Foram distribuídos 50.000 exemplares, desse Roteiro, para os alfabetizadores, do 2º convênio de 1977.

2. "Cada pessoa tem seu nome... cada nome, uma história"

Essa publicação tem como objetivo explorar a motivação do aluno, para escrever seu próprio nome, incentivando o hábito da leitura e escrita nos alunos e alfabetizadores.

Com base nos Boletins de Freqüência das classes de alfabetização, foi realizada uma pesquisa, com o objetivo de determinar quais os nomes mais comuns aos alunos do MOBRAL.

A partir dessa pesquisa, foi elaborada uma publicação, na qual são dadas informações sobre os nomes e sobrenomes das pessoas e em segunda, são feitas sugestões, para a utilização dos nomes dos alunos, durante as atividades de classe.

Essa publicação, com uma tiragem de 100.100 exemplares, deverá ser distribuída, em 1978, aos alfabetizadores.

3. "Iniciativas locais: um reforço ao Programa de Alfabetização Funcional"

Essa publicação foi elaborada a partir de estratégias especiais de desenvolvimento do PAF, implantadas pelas Coordenações, visando um melhor desenvolvimento desse programa. Foram analisados vários projetos de iniciativa da COEST/COTER, sendo selecionados os seguintes:

- Projeto de Alfabetização a Domicílio - COEST/RS
- Plano Municipal de Alfabetização Funcional - COEST/MG-S
- Projeto Jogos Pedagógicos - COEST/MG-N

Como introdução ao relato de cada experiência é feito um pequeno recurso das características econômicas, sociais e culturais, procurando-se mostrar em que medida esses projetos são respostas a problemas específicos colocados pela realidade dos estados.

Essa publicação tem como objetivo divulgar as experiências realizadas pelas Coordenações e que obtiveram bons resultados e também incentivar a elaboração de estratégias de desenvolvimento do PAF mais adequadas às características locais.

Foram impressos 200 exemplares dessa publicação para serem distribuídos às COEST/COTER, aos órgãos do MOBRAL Central e a público externo. Dar-se-á continuidade a essa publicação, através da coleta de novos depoimentos, selecionando-se novas experiências para serem publicadas e divulgadas.

CONCLUSÃO

O Programa de Alfabetização Funcional apresentou, em 1977, características de desenvolvimento que podem ser assim reunidas:

- ênfase na capacitação de alfabetizadores, tanto em conteúdos gerais como em metodologia;
- diversificação no treinamento básico de alfabetizadores;
- ênfase na supervisão pedagógica às classes;
- diversificação nas estratégias de implantação e desenvolvimento do Programa (Projetos Especiais);
- ênfase no conveniamento com entidades.

A maioria das medidas foram adotadas no decorrer do segundo semestre, o que impede que se forme, neste momento, uma idéia precisa dos efeitos produzidos, pois não dispomos dos dados necessários para uma análise comparativa entre a performance do PAF no segundo semestre de 1977, e os resultados obtidos anteriormente.

No que diz respeito à supervisão pedagógica às classes de alfabetização pôde ser detectado um real aumento e melhoria no desenvolvimento dessa atividade no 2º semestre de 1977. Pode-se supor que o mesmo tenha ocorrido em relação a outros componentes do Programa de Alfabetização Funcional, sem que se possa, no entanto, comprovar essa suposição.

II PARTE

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO INTEGRADA - 1977

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de atender a clientela oriunda do Programa de Alfabetização Funcional e aqueles que, por motivos diversos, não tiveram oportunidade de frequentar o sistema formal de ensino na idade apropriada, o MOBRAL lançou, experimentalmente, em 1971, o Programa de Educação Integrada, assumindo nessa fase, a responsabilidade de sua execução. A partir de 1972 o PEI passou a ser desenvolvido em colaboração com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

A projeção de dados (Quadro 1) sobre a população adulta brasileira e sobre a capacidade de atendimento do sistema educacional no que diz respeito às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, mostra que a clientela potencial do Programa de Educação Integrada tende a crescer, na medida em que não haja uma atuação mais eficaz do que a existente até hoje, em termos de atendimento. Em 1990, essa clientela será 2,5 vezes maior, em números absolutos, do que era em 1970.

Quadro 1: Estimativa da população adulta total e da clientela potencial do Programa (*) - 1970/1990

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL ADULTA - PTA	CLIENTELA POTENCIAL DO PROGRAMA	PEI/PTA %
1970	54.008.604	24.016.981	44,47
1976	64.855.020	41.944.566	64,67
1980	73.720.833	50.961.776	69,13
1986	88.627.563	56.754.536	64,04
1990	100.260.333	60.575.928	60,42

Fonte: para o ano de 1970 - Censo Demográfico do Brasil - 1970

Nota: posição ao final de cada ano

(*) Pessoas com escolaridade inferior às quatro primeiras séries do primeiro grau.

Em 1973, o Conselho Federal de Educação, pelo Parecer 44/73, reconheceu o Programa de Educação Integrada como curso supletivo, equivalente às quatro primeiras séries do Ensino de 1º grau. "Os certificados de conclusão expedidos, após avaliação da aprendizagem no processo, permitem o prosseguimento de estudo em

cursos supletivos ou em séries regulares de 1º grau, na fase restante oferecidos pelos sistemas de Ensino".

Esse programa tem como objetivo desenvolver conhecimentos básicos relativos aos conteúdos, correspondentes ao núcleo comum, das quatro primeiras séries do ensino do primeiro grau, obedecendo aos princípios da funcionalidade e aceleração.

A duração do Programa é de 720 horas letivas, tempo considerado adequado para o aluno adulto atingir os objetivos estabelecidos.

Essa duração não se refere, necessariamente, à permanência do aluno no Programa. Como o ritmo de aprendizagem é individual, as condições do próprio aluno determinam o tempo de sua permanência no Programa.

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. Aspectos Quantitativos

Visando garantir o acompanhamento e a correta aplicação da metodologia do PEI, de acordo com seus princípios básicos, foi feito um trabalho conjunto com a Coordenação do SUSUG, para a determinação dos aspectos a serem observados durante a supervisão pedagógica às classes, pelas equipes do MOBRAL e das Secretarias de Educação/Entidades que desenvolveriam o Programa.

O resultado desse trabalho foi a elaboração de um modelo de "Ficha de Observação", onde os supervisores anotam as situações encontradas em sala de aula e obtêm subsídios quanto aos aspectos a serem abordados e enfatizados nos treinamentos e nas reuniões pedagógicas.

Foi determinado que o acompanhamento do Programa pelas Agências Pedagógicas e GEPED seria feito tendo por base o trabalho realizado pelo SUSUG/REPEI e que, após análise dos dados pela APEDE, estes seriam enviados à GEPED, bimestralmente, para tabulação, análise e realimentação imediata às Agências.

O acompanhamento sistemático do PEI, pela GEPED, tem como suporte principal a análise dos seguintes instrumentais:

- Fichas de Caracterização do Convênio e Momentos de Remanejamento e

- Relatórios bimestrais das APEDE.

Na realização dessa tarefa, no entanto, constatou-se uma série de problemas, tais como:

Com relação às Fichas:

- o não envio em tempo hábil, ou a omissão de informações pelas COEST/COTER, dos dados das referidas Fichas, dificultou o registro e o controle do programa na ASCON. Além disso, o fato de que essas informações foram processadas, manualmente, constituiu-se também em uma dificuldade;

- a impossibilidade de se estabelecer, corretamente, a produtividade parcial e global do Programa.

Quadro 2: COEST/COTER que informaram sobre os diversos aspectos do PEI - por bimestre

BIMESTRE	INFORMANTES							
	TOTAL	%	TREINAMENTO	%	SUPERVISÃO	%	ASPECTOS METODOL.	%
1º	9	32%	8	29%	8	29%	4	14%
2º	17	62%	7	25%	8	29%	4	14%
3º	20	74%	11	40%	8	29%	15	55%
4º	17	62%	16	59%	16	59%	14	52%

Fonte: Relatórios bimestrais das APEDE

Com relação aos Relatórios:

- a dificuldade em obter um diagnóstico real do Programa, em campo, uma vez que a análise é feita a partir de um número de informantes sempre inferior ao universo existente (quadro 2).
- o número de informantes de cada parte do relatório - Treinamento, Supervisão, Aspectos Metodológicos - é menor e não coincidente, ou seja, a mesma COEST não presta informações a respeito de todos os aspectos do Programa.
- levando-se em conta o universo existente - 27 COEST/COTER - observa-se que, na maioria das vezes, o percentual de informantes, de cada parte do relatório, é pouco significativo.
- algumas informações não são pertinentes, uma vez que nada têm a ver com os ítens solicitados pelo relatório.

Uma medida adotada pelo MOBRAL Central, em 1977, foi o estabelecimento da meta global para conveniamento e que foi distribuída de acordo com a previsão feita pelas COEST/COTER. Estimou-se o atendimento para 598.786 (quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e seis) pessoas.

Analisaremos a seguir os dados de conveniamento do PEI em função da meta estabelecida para atendimento desse programa.

Quadro 3: Posição de Conveniamento do PEI em 13/12/77

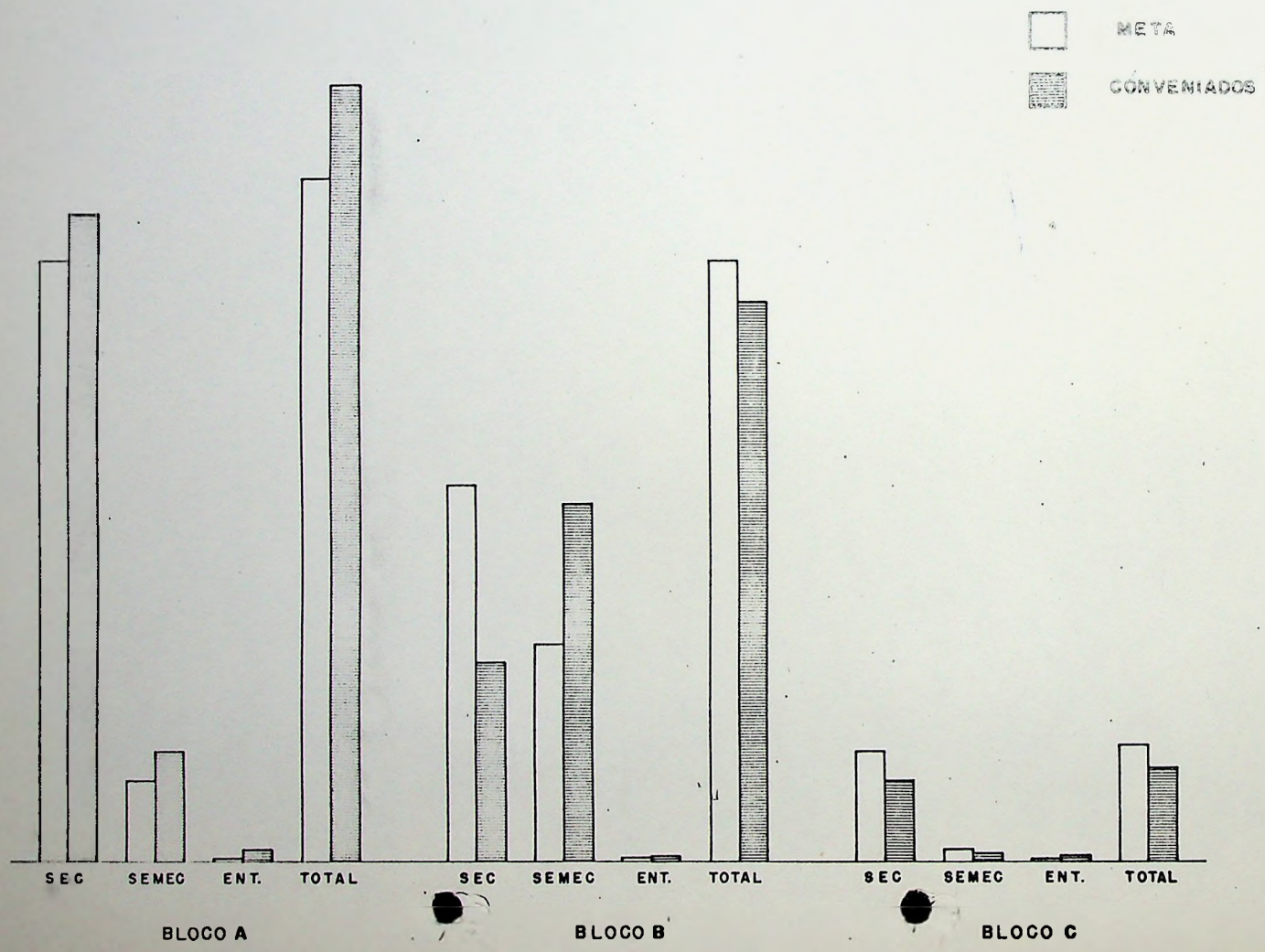
COEST/ COTER	S E C		SEMEC		ENTIDADE		TOTAL		
	META	CONVE-NIADOS	META	CONVE-NIADOS	META	CONVE-NIADOS	META	CONVE-NIADOS	%
CE	4.800	23.500	3.500	4.826	30	541	8.330	28.867	346,54
PE	28.000	10.920		5.848		3.471	28.000	20.239	72,28
BA **		65.000	21.000			525	21.000	65.525	312,02
MG/N	130.000	140.000	5.000	3.155		469	135.000	143.624	105,27
MG/S			4.000	2.961	400	168	4.400	3.129	71,11
PR *	60.000	22.000		26.069		30	60.000	48.099	43,49
GO	25.000	16.282		5.760		12	25.000	22.054	88,21
DF	8.000		900	254	150		9.050	254	2,8
TOTAL BLOCO A	255.800	277.702	34.400	48.873	580	5.216	290.780	331.791	107,61
MA	14.760	15.000	3.900	4.901	180	230	18.840	20.131	106,85
RJ			7.036	4.395	500		7.536	4.395	58,32
PB	15.000	7.147		4.674		651	15.000	12.472	83,14
SP	50.000		69.000	130.441			119.000	130.441	109,61
RS	7.000	7.000	4.000	3.927			11.000	10.927	99,33
MT/N	25.000	25.000	2.500		500		28.000	25.000	95,14
MT/S			5.000	1.500		140	5.000	1.640	32,80
PA	12.000			763		756	12.000	1.519	12,65
SE **			3.600	1.160		28	3.600	1.188	33,0
PI	30.000	25.948		350			30.000	26.298	87,66
RN	6.000	5.000		927			6.000	5.927	98,78
TOTAL BLOCO B	159.760	85.095	92.536	153.038	1.180	1.805	255.976	239.938	91,39
SC *	3.600			1.985			3.600	1.985	55,13
AM	15.500	15.500	950	950	550	600	17.000	17.050	100,2
AC	3.600	4.000			150	110	3.750	4.110	109,6
RO	400	300					400	300	75,0
AP	1.500						1.500		
AL	4.800	1.800	3.500		30		8.330	1.800	21,6
ES	17.000	13.000		1.020		800	17.000	14.820	87,17
RR	450	400					450	400	88,88
TOTAL BLOCO C	46.850	35.000	4.450	3.955	730	1.510	52.030	40.465	77,81
BRASIL	462.410	397.797	131.386	205.866	2.490	8.531	598.786	612.194	102,23

OBS.: 1) Não foram recebidos pela ASCON, os convênios abaixo:
AP - 1.700 - SEC
PA - 300 - ENTIDADE/MRN
RJ - 1.000 - ENTIDADE/SESI
Com isto, o total de alunos conveniados passa a ser 615.194, o que representa 102,74% da meta.

2) * - Meta englobando SEC/SEMEC/ENTIDADE
** - Meta englobando SEMEC/ENTIDADE
*** - Meta englobando SEC/SEMEC

3) U.F. onde não houve convênio com SEC:
- PA, SE, SP, RJ, SC, DF

GRÁFICO I: RELAÇÃO ENTRE META E CONVENIADOS POR BLOCOS - SEC, SEMEC, ENTIDADES



Como podemos observar a partir dos dados do quadro 3, a meta do Programa de Educação Integrada foi atingida, sendo mesmo suplantada pelo conveniamento. Entretanto, é preciso enfatizar que isso ocorreu apenas em relação à ação conjunta com as SEMEC e ENTIDADES: em relação às SEC apenas 86% da meta foi atingida.

O bloco A destaca-se dos demais pelo fato de que foi conveniada mais de 100% da meta, tanto em relação às SEC como em relação às SEMEC e ENTIDADES. Entre as Coordenações desse bloco, Ceará e Bahia conveniaram mais de três vezes o total de suas metas, enquanto que o Distrito Federal conveniou apenas 2,8%. Nota-se assim, uma grande diferença no desempenho das Coordenações do bloco A, no que diz respeito ao PEI.

O total de conveniados do bloco B é inferior à meta fixada para esse bloco. Apenas duas Coordenações (MA e SP) conveniaram mais de 100%. Por outro lado, quase 25% da meta do bloco C deixou de ser atingida.

Note-se que há um decréscimo progressivo no atingimento da meta, em relação aos três blocos: enquanto o bloco A conveniou 107,6% de sua meta os blocos B e C conveniaram apenas 91,3% e 77,3%, respectivamente.

É interessante notar que, enquanto no bloco A os convênios com as SEC são mais de 5 vezes superiores àqueles assinados com as SEMEC, em relação ao bloco B há uma inversão do dado: os convênios com as SEMEC representam 180% daqueles assinados com as SEC (gráfico 1).

Quanto à relação meta/conveniamento é necessário ainda enfatizar que a meta não foi fixada em função de uma pesquisa que quantificasse a clientela potencial para o programa, mas sim em função de previsões de atendimento feitas pelas próprias COEST/COTER.

2. Aspectos Qualitativos

O Programa de Educação Integrada, desenvolvido principalmente, com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Cultura, mediante assinatura de convênio, tem se defrontado com alguns problemas para sua implementação e/ou expansão, em função das dificuldades encontradas pelos professores no tratamento dos conteúdos de forma globalizada, da carência de recursos humanos, por parte dos referidos órgãos, para supervisionar/acompanhar o desenvolvimento do Programa e também para alocar recursos financeiros que cubram as despesas de material e pagamento dos elementos responsáveis pelo trabalho em questão. Sendo assim, grande número de pessoas não têm sido atendidas nas suas aspirações de continuidade do processo educativo, ocorrendo, portanto, perda de oportunidade para cada uma dessas pessoas, que não podem absorver, sistematicamente, conhecimentos que tornariam sua participação

mais efetiva em diversas atividades econômicas, culturais, sociais, políticas e de relacionamentos individuais.

Analisando os resultados alcançados com o Programa através de informações dos relatórios das Agências Pedagógicas, de técnicos, quando em viagem de supervisão/assistência técnica e das respostas à Circular 199/76, verificou-se a necessidade de revitalizar o Programa, o que provocou algumas reformulações.

Por outro lado, verificou-se também, que era necessário manter a equivalência a nível das quatro primeiras séries do primeiro grau, a fim de garantir à clientela alvo, a continuidade do processo educativo.

Tal constatação levou à solicitação de um trabalho conjunto com o MEC/DSU, para uma melhor definição do conteúdo mínimo das áreas de estudo, em função dos objetivos terminais, então elaborados para o Programa.

A adoção deste procedimento, caracterizando um trabalho de cooperação técnica MEC/DSU/MOBRAL, permitiu não só o apoio do MEC/DSU ao Programa e a possibilidade de sua inclusão na Estratégia Nacional do DSU o que revitalizaria o Programa junto às SEC, como também estabeleceu um campo comum de diálogo com as Secretarias de Educação.

Esperava-se assim, garantir a correta aplicação da metodologia, uma vez que, de forma mais concreta, demonstrava-se no treinamento e no material de apoio ao professor como operacionalizar em classe, o conteúdo das quatro primeiras séries do 1º grau de forma globalizada e distribuído pelas 720 horas de duração do Programa.

Traçou-se então, um plano de trabalho que proporcionasse, em curto prazo, o atingimento dos objetivos propostos, de acordo com o esquema que se segue.

Quanto à metodologia

Considerando a redefinição dos objetivos gerais e específicos do Programa, o estabelecimento de objetivos terminais das áreas de estudo e a característica básica dos Programas do MOBRAL - a funcionalidade - foram reposicionados alguns pontos da metodologia no sentido de torná-la mais operacional. Para isto, foram considerados:

. o trabalho a partir de temas;
. o uso do Cartaz Gerador;
. o trabalho com o texto gerador;
. a realização de atividades funcionais;
. a articulação de áreas de estudo.

Quanto à avaliação do aluno

Em conseqüência da definição de objetivos terminais para o Programa, detectou-se a necessidade de:

. estabelecer os conteúdos mínimos a serem apreendidos pelos alunos, para que pudessem ser considerados aptos a sair do processo;

. estabelecer a operacionalização dos objetivos terminais, ao longo do Programa, através de atividades funcionais, que seriam mais um instrumento para a avaliação do aluno;

. apresentar outras alternativas de avaliação;

. compatibilizar os princípios de uma avaliação funcional com as exigências das Secretarias de Educação referentes a:

.. histórico escolar
.. avaliação por área de estudo
.. provas finais.

Em virtude da complexidade inerente à elaboração de uma ficha de avaliação do aluno em que constem não só as mudanças ocorridas no campo cognitivo, necessárias à continuidade de sua escolarização, mas também as mudanças de hábitos e atitudes, as COEST/COTER foram orientadas quanto à necessidade de compatibilizar os procedimentos avaliativos das Secretarias com os propostos pelo MOBRAL, ou seja, que no conjunto final, sejam considerados não só os textos e provas mas, e principalmente, todas as mudanças observadas durante o processo educacional.

Quanto ao Material Didático

Em função da busca de maior revitalização para o Programa, observou-se a necessidade de elaboração de um novo Material Didático a fim de atender:

. aos conteúdos mínimos necessários definidos pelos objetivos terminais;

. às características metodológicas;

. à continuidade no atendimento das características da clientela.

Optou-se, em 1977, pela utilização do material didático já impresso, sendo incluídos, no Roteiro de Treinamento do PEI, textos com sugestões de atividades que, trabalhadas, propiciam o alcance dos objetivos terminais do Programa. Este procedimento teve, por finalidade, orientar os professores que atuaram nas classes de Educação Integrada.

Foram propostas algumas alterações no material didático a ser utilizado em 1978, tais como:

. introdução de conteúdos necessários à resolução dos exercícios no livro de Matemática;

. inserção de atividades de compreensão e interpretação de textos no Livro de Textos;

. criação de livros, abrangendo as áreas de Integração Social, Ciências Biológicas e Profissionalização.

Vale ressaltar que, no novo material didático, serão inseridos conteúdos de Educação para o Trabalho, com o objetivo de propiciar à clientela do Programa, informações sobre as atividades profissionais mais comuns e os requisitos necessários para exercê-las. Nesse trabalho, a GEPED contou com a colaboração da GEPRO, tanto na seleção das atividades, como no estabelecimento de objetivos que determinam os conteúdos dessa área.

O novo Material Didático do PEI para 1978, será constituído de:

. Livro para o Professor,
. Conjunto de Cartazes,
. Livro de Textos com Atividades e Glossário,
. Livro de Matemática,
. Livros de Leitura Complementar (2).

Quanto à estratégia

Reestudando este aspecto, verificou-se a necessidade de redefinir as atribuições dos órgãos responsáveis pela execução do Programa de Educação Integrada, mediante a reformulação de cláusulas dos convênios celebrados entre o MOBRAL com as SEC/SEMEC/ENTIDADES.

A reformulação visou, principalmente, garantir um acompanhamento e uma cooperação técnica mais sistemática e efetiva por parte do MOBRAL, assim como a participação na avaliação do Programa e do Aluno, a fim de que fossem garantidas as características básicas do Programa.

Assim sendo, os modelos de convênios foram reformulados, com a finalidade de caracterizar um trabalho conjunto nas atividades de acompanhamento e avaliação do Programa, entre MOBRAL/SEC/SEMEC/ ENTIDADES.

Estabeleceu-se ainda, uma sistemática quanto ao envio à ASCON, dos convênios assinados no estado.

Quanto ao treinamento

Em 1977, foi estabelecido um cronograma de treinamento, visando

atender todas as COEST/COTER. Esses treinamentos concentraram-se entre os meses de janeiro a julho. O atendimento foi feito por 11 técnicos da GEPED e 4 APEDE.

Além das COEST, COTER, SEC e SEMEC várias empresas e entidades participaram desses treinamentos, entre as quais podemos citar: SESI, SESC, PETROBRÁS, FEBTVE, etc.

A análise dos relatórios de viagem elaborados pelos técnicos, após os treinamentos, permite avaliar o alcance dos objetivos propostos no que se refere a:

. princípios do PEI;

. maior produtividade do Programa;

. capacitação de supervisores e de professores, quanto à metodologia indicada pela GEPED, desde a vivência do processo entre treinandos e treinador, exploração de cartazes e textos geradores, como à articulação de áreas, planejamento e avaliação.

Assim, constatou-se desses relatórios:

. a preocupação dos técnicos em difundir entre os elementos envolvidos com o MOBRAL, em todo o país, os princípios de funcionalidade e aceleração do PEI;

. a compreensão desses princípios pelos treinandos, considerando-se as possibilidades e limitações de cada elemento;

. o interesse demonstrado pelas COEST/COTER na adequação e capacitação dos recursos humanos envolvidos no PEI;

. o interesse dos treinandos, em sua maioria, quanto à orientação pedagógica;

. o interesse dos professores, quanto à operacionalização de técnicas adequadas à educação de adultos;

. a flexibilidade da programação de treinamento, para atendimento a situações locais.

As dificuldades constatadas nos treinamentos, em sua maioria, prenderam-se ao apoio logístico e, mais raramente, ao fator participação.

Quanto aos aspectos favoráveis e relevantes, pode-se destacar:

a) interesse permanente dos participantes quanto ao Programa, especialmente, quanto ao alcance dos objetivos terminais;

b) operacionalização da metodologia;

c) interesse dos treinandos pelas proposições e alternativas apresentadas;

d) envolvimento progressivo das SEC nos programas do MOBRAL;

e) apoio da maioria das SEC/SEMEC/COEST/COTER/ENTIDADES;

f) embasamento dos técnicos do MOBRAL Central.

A importância desse primeiro momento de treinamento evidencia-se pela responsabilidade que tiveram os elementos então treinados, de capacitar os professores do PEI, os quais são diretamente responsáveis pelo bom desenvolvimento do Programa.

3. Projetos Especiais do Programa de Educação Integrada

3.1. Projeto MOBRAL/PETROBRÁS

Com o objetivo de atender à clientela carente de escolaridade básica, diagnosticada através de levantamento em todas as unidades da Petrobrás, foi elaborado o Projeto de Desenvolvimento Educativo-Cultural, como alternativa de solução para a situação diagnosticada.

Este Projeto visa:

A) Proporcionar aos empregados:

- A aquisição de conhecimentos relativos ao núcleo comum das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, associados a informações básicas sobre o trabalho;
- condições básicas para ascenderem a outros níveis de aprendizagem formal e especializada.

B) Proporcionar à Empresa:

- A criação de fontes internas de recrutamento;
- A criação de facilidades de assimilação de conhecimentos especializados, através de treinamento específico, seja por aperfeiçoamento e/ou formação para determinados cargos, seja por contingências de mudanças tecnológicas.

Por ser a população alvo do Projeto, constituída de pessoas

b) operacionalização da metodologia;

c) interesse dos treinandos pelas proposições e alternativas apresentadas;

d) envolvimento progressivo das SEC nos programas do MOBRAL;

e) apoio da maioria das SEC/SEMEC/COEST/COTER/ENTIDADES;

f) embasamento dos técnicos do MOBRAL Central.

A importância desse primeiro momento de treinamento evidencia-se pela responsabilidade que tiveram os elementos então treinados, de capacitar os professores do PEI, os quais são diretamente responsáveis pelo bom desenvolvimento do Programa.

3. Projetos Especiais do Programa de Educação Integrada

3.1. Projeto MOBRAL/PETROBRÁS

Com o objetivo de atender à clientela carente de escolaridade básica, diagnosticada através de levantamento em todas as unidades da Petrobrás, foi elaborado o Projeto de Desenvolvimento Educativo-Cultural, como alternativa de solução para a situação diagnosticada.

Este Projeto visa:

A) Proporcionar aos empregados:

- A aquisição de conhecimentos relativos ao núcleo comum das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, associados a informações básicas sobre o trabalho;

- condições básicas para ascenderem a outros níveis de aprendizagem formal e especializada.

B) Proporcionar à Empresa:

- A criação de fontes internas de recrutamento;

- A criação de facilidades de assimilação de conhecimentos especializados, através de treinamento específico, seja por aperfeiçoamento e/ou formação para determinados cargos, seja por contingências de mudanças tecnológicas.

Por ser a população alvo do Projeto, constituída de pessoas

adultas já engajadas no processo produtivo empresarial, com dificuldades e/ou impossibilidades de frequentar a rede escolar formal, devido não só à faixa etária em que se encontram como também às condições especiais de trabalho inerentes ao desempenho de algumas ocupações, a PETROBRÁS optou pela assinatura de um convênio com a Fundação MOBRAL, em regime de co-participação, considerando a especificidade da Tecnologia Educacional a ser aplicada e a experiência do MOBRAL, no que tange ao uso de métodos e técnicas adequadas à Educação de Adultos.

Foi a seguinte a estratégia de desenvolvimento do projeto MOBRAL/ PETROBRÁS:

. Desenvolvimento dos Programas de Alfabetização Funcional e Educação Integrada, enriquecidos por um material de Educação para o trabalho, a fim de atender à especificidade da clientela alvo.

. Escolha de Coordenadores e monitores para os Programas (PAF e PEI) dentro do quadro de empregados da empresa, face aos requisitos indispensáveis de experiência e conhecimentos teóricos e práticos dos postos de trabalho, áreas ocupacionais e atividades da Empresa, bem como suas normas, regulamentos, filosofia, benefícios etc. Ressalta-se ainda, o fato de maior aceitação e envolvimento da clientela, em receber aulas de colegas de trabalho, facilitando o acompanhamento da aplicação, no trabalho, dos conhecimentos adquiridos, além de permitir, a qualquer tempo, orientações necessárias e a observação das mudanças de comportamento.

. Treinamento e capacitação dos Coordenadores e Monitores pelo MOBRAL, que os acompanha, avalia, supervisiona e orienta técnica e pedagogicamente, durante o desenvolvimento dos Programas.

. Formação de classes homogêneas, segundo as áreas de atividades: operação, apoio operacional e apoio administrativo.

. Realização dos Programas no horário do trabalho (duas horas diárias), inclusive nos regimes de turno.

O Programa de Educação Integrada foi desenvolvido em etapas de 180 horas/aula, perfazendo quatro meses e meio em cada etapa.

A fase experimental desse projeto deveria ter ficado restrita ao Estado do Rio de Janeiro, em razão da proximidade, o que facilitaria o acompanhamento, orientação supervisão e, avaliação do trabalho, tanto pela PETROBRÁS/SEPES, como pelo MOBRAL Central. Entretanto, o superintendente da RLAM (BA) sensível aos problemas relacionados à força de trabalho da Refinaria solicitou a implantação do Projeto, em caráter urgente e prioritário, no que foi atendido, através do Projeto Aditivo nº 2. Esse projeto atendeu também o TEMADRE (BA), face à proximidade geográfica.

Na fase experimental, portanto, foram desenvolvidos dois Projetos Aditivos, a saber:

. Projeto Aditivo nº 1, referente ao Estado do Rio de Janeiro e desenvolvido nas seguintes unidades:

.. Administração Central (SERARJ)
.. Refinaria Duque de Caxias (REDUC)

Vale observar que, tanto o SERARJ como a REDUC, atenderam outras unidades, devido à proximidade geográfica e ao número reduzido de empregados.

. Projeto Aditivo nº 2, referente ao Estado da Bahia e desenvolvido nas seguintes unidades:

.. Refinaria Landulfo Alves (RLAM)
.. Terminal Madre de Deus (TEMADRE)

Quadro 4 : Dados do PEI - na fase experimental

U.F.	ÓRGÃO	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS APROVADOS	%
RJ	SERARD	26	18	69,23
	REDUC	24	22	91,66
BA	RLAM	56	28	50,00
	TEMADRE	50	SI	SI

Como se pode observar, o número de alunos atendidos não foi muito significativo, no entanto, a produtividade apresentada pelo programa é bastante boa, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro.

A PETROBRÁS, após a experiência realizada no Estado do Rio de Janeiro e Bahia, pretende expandir o Projeto para as demais unidades da Empresa, prevendo o atendimento de 1.991 alunos. Para o 1º semestre de 1978, a PETROBRÁS selecionou os Estados do Pará, Sergipe, São Paulo, Minas Gerais/N e Amazonas, ficando para o 2º semestre, Paraná, Espírito Santo e Bahia.

3.2. Programa de Educação Integrada, via radiofônica

A proporção insatisfatória entre o número de professores das

Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação e Cultura e o contingente potencial de alunos do PEI motivou a concepção do PEI/VR, com recepção controlada, isto é, sem monitoria diária.

Para esse programa está sendo elaborado um material específico para o aluno que, juntamente com o material didático permitirá o desenvolvimento do Programa numa linha de autodidaxia.

Foram produzidos 30 esquemas dos Programas Radiofônicos, montados levando sempre em conta a articulação de áreas e a seqüência de programas. As atividades pertinentes à produção do Programa encontram-se em desenvolvimento, devendo o mesmo ser deslanchado em 1978.

Em 16/12/1976 foi assinado convênio entre o MOBRAL e o SRE para a produção do Programa de Educação Integrada, via rádio.

No decorrer do ano de 1977, vários contatos foram mantidos entre o MOBRAL e o SRE no sentido da definição de uma linha de trabalho conjunta para execução dos propósitos das entidades convenentes.

A ausência de pronunciamento do SRE, quanto às solicitações feitas resultaram num impasse para o MOBRAL em termos de seu comprometimento com as Coordenações Estaduais e também da continuidade de produção do material bruto para os programas, pela equipe técnica da GEPED.

A respeito do assunto, o MOBRAL encaminhou ao Secretário Geral do MEC, o histórico dos entendimentos havidos entre MOBRAL e SRE, solicitando pela situação configurada, autorização para rescisão do convênio firmado entre os dois órgãos.

O Secretário Geral do MEC manifestou-se favorável à solicitação feita pelo MOBRAL, autorizando a rescisão do contrato.

O Programa de Educação Integrada, via rádio continua sendo elaborado pela GEPED, devendo ser implantado em 1978. Para sua produção será firmado convênio com outro organismo de radiodifusão.

CONCLUSÃO

Como conclusão sistematizaremos a seguir os principais aspectos que, em 1977, contribuiram para melhor qualidade do Programa e, conseqüentemente, para seu melhor desenvolvimento:

- apoio dado pelo MEC/DSU ao Programa de Educação Integrada;
- oficialização dos objetivos propostos para o Programa, como comportamento desejável de entrada de seus alunos na segunda fase do Ensino de 1º grau;
- reformulações efetuadas no Programa, atendendo as solicitações do sistema educacional;
- percentual significativo de conveniamento das SEC com o MOBRAL - 65% do total de conveniados - o que evidencia a aceitação do Programa.

Para que o controle e acompanhamento do PEI, em 1978, seja realizado de forma mais sistemática algumas medidas fazem-se necessárias:

- Implantação de um Plano de Supervisão Pedagógica por metas, com o objetivo de obter uma participação mais efetiva dos elementos do MOBRAL no acompanhamento do PEI.
- Modificação nos termos de convênio, visando melhor definição das responsabilidades dos órgãos convenentes.
- Realização de trabalho conjunto GEPED/GIFOR/ASCON, com o objetivo de estudar a viabilidade de controle e registro de informações do PEI, por processamento de dados a partir de 1978.

III PARTE

RELATÓRIO DO PROGRAMA DE AUTODIDATISMO

INTRODUÇÃO

Como os resultados da Fase Experimental mostraram ser o Programa de Autodidatismo, uma alternativa fundamental para capacitação de recursos humanos, vinculamos esse Programa, em 1977 - sua primeira fase de expansão, à capacitação do alfabetizador.

Dessa forma estaria sendo atendida, também, a prioridade da área pedagógica para o PAF, tendo em vista a proximidade de 1980 - ano-meta para a erradicação do analfabetismo - e a necessidade de revitalização do Programa de Alfabetização Funcional.

São os seguintes os objetivos do Programa de Autodidatismo:

. Proporcionar alternativa educacional, através de atendimento, numa linha de autodidaxia, às camadas da população com menores oportunidades de estudo;

. Ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma Agência de Educação Permanente, com programas voltados para o aperfeiçoamento crescente da população;

. Proporcionar condições para que o homem se autotransforme, permanentemente, a fim de que não se marginalize dentro do sistema.

Esse Programa tem características próprias que levarão ao atingimento dos objetivos propostos.

São elas:

- O Programa é desenvolvido nos Postos Culturais do MOBRAL e tem como principais responsáveis, no município, o encarregado do Posto Cultural e um monitor que orienta e acompanha o trabalho desenvolvido pelo aluno;

- Em ordem de prioridade, a clientela a ser atendida pelo Programa é a seguinte:

  1º) alfabetizadores,
  2º) ex-alunos de Alfabetização Funcional,
  3º) professores de Educação Integrada,
  4º) alunos de Educação Integrada,
  5º) toda comunidade;

- o participante desse programa tem oportunidade de atualizar-se e informar-se sendo, portanto, agente de sua própria educação;

- O programa oferece 15 temas para estudo: Alimentação, Corpo Humano, Agricultura e Pecuária, Indústria e Comércio, Habitação, Transporte, Comunidade, Brasil, Cultura, Literatura, Universo, Matemática, Comunicação e Natureza;

- O tema é sempre escolhido pelo próprio aluno, tendo em vista seus interesses e necessidades. Não existe, portanto, uma ordem pré-estabelecida para estudo dos diferentes temas;

- O estudo de cada tema se faz pelo trabalho com os textos do material didático, colocado à disposição pelo MOBRAL e, ainda, com o desenvolvimento das atividades complementares;

- São dois os tipos de materiais utilizados pelo participante do programa:

  . material didático básico - elaborado pelo MOBRAL para uso individual do aluno, não sendo devolvido ao Posto Cultural;

  . material didático de referência - é aproveitado o material em uso nos Programas de Educação Integrada, Alfabetização Funcional e Educação Comunitária para a Saúde e outros materiais existentes no Posto Cultural. O aluno utiliza esse material em sistema de empréstimo.

- O aluno estuda cada tema, durante o tempo que julgar necessário, havendo, portanto, um respeito ao seu ritmo de aprendizagem, sua carência e disponibilidade de tempo;

- O aluno pode ingressar e sair do programa a qualquer momento;

- A orientação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos alunos é de responsabilidade do Monitor do Programa.

O trabalho sistemático do Monitor do Programa, através de uma atuação direta junto aos alunos, visa:

. esclarecer dúvidas relativas ao conteúdo estudado;

. orientar a utilização do material de referência relativo ao assunto em pauta;

. analisar os exercícios resolvidos pelos alunos, no final de cada Roteiro;

. indicar outros materiais existentes na comunidade, que complementam o tema em estudo;

. incentivar o aluno para continuar no Programa;

. verificar o grau de compreensão do aluno, em cada tema;

. observar se as informações contidas no Roteiro foram aproveitados pelo aluno, para melhoria de sua vida, modificando seu comportamento;

. avaliar cooperativamente os trabalhos desenvolvidos pelos alunos, o seu interesse e desempenho no programa.

- O programa oferece 15 temas para estudo: Alimentação, Corpo Humano, Agricultura e Pecuária, Indústria e Comércio, Habitação, Transporte, Comunidade, Brasil, Cultura, Literatura, Universo, Matemática, Comunicação e Natureza;

- O tema é sempre escolhido pelo próprio aluno, tendo em vista seus interesses e necessidades. Não existe, portanto, uma ordem pré-estabelecida para estudo dos diferentes temas;

- O estudo de cada tema se faz pelo trabalho com os textos do material didático, colocado à disposição pelo MOBRAL e, ainda, com o desenvolvimento das atividades complementares;

- São dois os tipos de materiais utilizados pelo participante do programa:

  . material didático básico - elaborado pelo MOBRAL para uso individual do aluno, não sendo devolvido ao Posto Cultural;

  . material didático de referência - é aproveitado o material em uso nos Programas de Educação Integrada, Alfabetização Funcional e Educação Comunitária para a Saúde e outros materiais existentes no Posto Cultural. O aluno utiliza esse material em sistema de empréstimo.

- O aluno estuda cada tema, durante o tempo que julgar necessário, havendo, portanto, um respeito ao seu ritmo de aprendizagem, sua carência e disponibilidade de tempo;

- O aluno pode ingressar e sair do programa a qualquer momento;

- A orientação e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos alunos é de responsabilidade do Monitor do Programa.

O trabalho sistemático do Monitor do Programa, através de uma atuação direta junto aos alunos, visa:

. esclarecer dúvidas relativas ao conteúdo estudado;

. orientar a utilização do material de referência relativo ao assunto em pauta;

. analisar os exercícios resolvidos pelos alunos, no final de cada Roteiro;

. indicar outros materiais existentes na comunidade, que complementam o tema em estudo;

. incentivar o aluno para continuar no Programa;

. verificar o grau de compreensão do aluno, em cada tema;

. observar se as informações contidas no Roteiro foram aproveitados pelo aluno, para melhoria de sua vida, modificando seu comportamento;

. avaliar cooperativamente os trabalhos desenvolvidos pelos alunos, o seu interesse e desempenho no programa.

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

Em 1977, pretendiâmos atingir todas as Unidades da Federação, num total de 200 municípios. Nesse total, estavam incluídos os 10 municípios, onde o Programa foi implantado em novembro de 1975.

Os 190 municípios restantes seriam selecionados pelas COEST/COTER a partir de critérios pré-estabelecidos pelo MOBRAL, e ainda, de aspectos considerados relevantes, tendo em vista a realidade de cada Estado/Território.

No quadro 1 estão especificados o número de municípios previstos por COEST/COTER para implantação do Programa de Autodidatismo e o número de municípios onde o programa foi implantado.

Observe-se que, segundo dados da ASCON, 184 municípios implantaram o programa em 1977. Entretanto, por contato telefônico e através dos relatórios de implantação sabemos que em mais 9 municípios o programa foi implantado, perfazendo, portanto, um total de 193 municípios. Esses 9 municípios estão assim distribuídos: 1 em Roraima, 1 no Amapá, 3 no Pará, 2 em Mato Grosso/Norte e 2 no Piauí. Esses dados não constam em sua totalidade, do relatório da ASCON devido à defasagem que existe entre a data de assinatura do convênio (município) e a chegada dos mesmos à ASCON (MOBRAL Central).

Como se pode observar a totalidade dos municípios previstos não foi atingida, sendo, no entanto, significativo o percentual alcançado (96,5%). Todas as Unidades da Federação também não foram atingidas, já que em 1977, o programa não foi implantado em Roraima.

É importante observar que as Coordenações de Minas Gerais Sul e Norte implantaram o programa em um município a mais do que o previsto. Isso foi possível pela redistribuição do material do Autodidatismo destinado, especificamente, à capacitação de alfabetizadores e pelo fato que a comunidade assumiu o pagamento da gratificação do monitor.

Para fins de verificação da meta atingida e para acompanhar o desenvolvimento do Autodidatismo é utilizada a Ficha Controle do Programa. Essa ficha é preenchida no município, os dados são repassados ao SA que por sua vez, na reunião mensal, repassa a informação à COEST/COTER. Através do relatório bimestral da Agência Pedagógica, a GEPED recebe essa informação.

Entretanto, são poucas as Coordenações que já enviaram dados relativos ao desenvolvimento do Programa. A chegada desses dados é dificultada por:

Quadro 1: Municípios do Programa de Autodidatismo

COEST/COTER	Nº DE MUNICÍPIOS	
	PREVISTOS	CONVENIADOS
CE	12	12
PE	10	10
BA	13	13
MG/N	11	11
MG/S	10	10
PR	10	10
GO	9	9
DF	3	3
TOTAL BLOCO A	78	78
MA	11	11
RJ	6	6
PB	7	7
SP	10	9
RS	7	7
MT/N	7	6
MT/S	6	4
PA	10	6
SE	7	7
PI	11	6
RN	10	10
TOTAL BLOCO B	92	80
SC	6	6
AM	7	7
AC	1	1
RO	1	
AP	2	
AL	6	6
ES	6	6
RR	1	
TOTAL BLOCO C	30	26
BRASIL	200	184

vez, que esses dados são parciais e retratam apenas, a situação do programa em um determinado momento, não se referindo portanto, ao ano de 1977, como um todo.

Foi a seguinte a clientela atendida pelo programa, em ordem decrescente

1º) toda comunidade

. 45% da clientela atendida pelo programa está agrupada na especificação "outros", 51,2% desses alunos residem na zona urbana.

2º) alfabetizadores

. quase 25% dos inscritos nesse programa são alfabetizadores, sendo que 70% desses alfabetizadores residem na zona rural.

3º) ex-alunos do PAF

. quase 20% dos inscritos nesse programa são ex-alunos do PAF, entre os quais 58% residem na zona rural.

4º) alunos de Educação Integrada

. 9% dos inscritos no Programa de Autodidatismo são também alunos do Programa de Educação Integrada, 70% desses alunos residem na zona urbana.

5º) professores de Educação Integrada

. menos de 2% dos inscritos no programa são professores do PEI, sendo que 73% desses professores residem na zona urbana.

Pode-se observar, portanto, que não foi respeitada a ordem de prioridade proposta para atendimento desse programa (vide p. 57).

A meta prevista para atendimento desse Programa em 1977, foi de 66.000 alunos, ou seja uma média de 300 inscritos em cada município conveniado. Os problemas, já citados, com o recebimento das informações, através das Fichas Controle do Programa, impedem que se faça uma idéia precisa quanto ao atingimento dessa meta.

1. Implantação do Programa

O relatório de implantação do Autodidatismo é um instrumental que deve ser preenchido pelo responsável pela implantação do Programa no município. Nele são registradas as informações mais significativas,

relacionadas às atividades de implantação do Programa, ou seja, as atividades desenvolvidas a partir do momento da chegada do responsável pela implantação no município.

Foram analisados os 133 relatórios recebidos até 31 de dezembro de 1977, de um total de 193 municípios onde o programa foi implantado, foram recebidos, portanto, quase 70% dos relatórios de implantação, o que representa uma amostra bastante significativa.

Esta síntese retrata as informações obtidas através dos relatórios de implantação do Programa de Autodidatismo.

A implantação do Programa de Autodidatismo estava prevista a partir de março de 1977. No entanto, devido a problemas do MOBRAL - GEPED/GERAP quanto à produção de material didático, a implantação foi adiada, sendo possível iniciar-se apenas a partir da 2a. quinzena de junho.

Como o objetivo do Programa de Autodidatismo se prende à capacitação de alfabetizadores a Gerência Pedagógica, visando interferir na produtividade do PAF em 1977, fixou como período ótimo para sua implantação até 10 de setembro.

Quadro 3: Momento da implantação

PERÍODO	Nº DE MUNICÍPIOS	%
08/06/77 a 10/07/77	19	14,28
11/07/77 a 10/08/77	37	27,81
11/08/77 a 10/09/77	32	24,07
11/09/77 a 10/10/77	20	15,03
11/10/77 a 10/11/77	9	6,78
Sem informação	16	12,03
T O T A L	133	100%

Analisando as informações contidas nos relatórios de implantação verificamos que a maioria dos informantes (66,16%) implantou o Programa no período ótimo estabelecido pela Gerência.

O período que teve maior incidência de implantação foi o de 11/07/77 a 10/08/77 (27,81%).

Pode-se, portanto, concluir que o Programa de Autodidatismo, em 1977, quanto ao momento de implantação apresentou boa performance, pois do universo de informantes (133), apenas 33,8% implantou o programa após 10 de setembro.

Quanto ao responsável pela implantação

Estava previsto que o responsável pela implantação do Autodidatismo, no município, seriam:

- APEDE
- outros elementos da COEST/COTER
- subsistema de supervisão (através dos SE e SA)

Quadro 4: Responsáveis pela implantação

CARGO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
SA	51	27,51
SE	27	14,68
APEDE	27	14,68
AUX. APEDE	28	15,21
OUTROS ELEMENTOS DA COEST	46	25,0
OUTROS	3	1,64
NÃO CARACTERIZADO	2	1,08
T O T A L	184	100%

De acordo com os relatórios enviados, verificamos que:

. em grande número dos municípios (44,37%), duas pessoas foram responsáveis pela implantação;

. dentre os responsáveis pela implantação a maior incidência recaiu sobre os Supervisores de Área e Estaduais (42,4%), seguido por elementos da Agência Pedagógica, APEDE e Auxiliares (29,9%) e outros elementos da Coordenação (25%);

. na especificação "outros" foram agrupados: 1 EPEDE e 1 ENSUG o que constitui fato incomum, já que não havia sido prevista implantação por elementos da COMUN.

Esses resultados mostram que, em termos de participantes, a implantação do programa correspondeu às expectativas da GEPED, em

97,3% dos casos os responsáveis pela implantação são integrantes do subsistema de supervisão ou elementos das Coordenações.

Quanto às atividades da implantação

Para a implantação do programa estavam previstas as seguintes atividades:

a) Sensibilização do Prefeito e da COMUN

Essa etapa visou, primordialmente, obter o apoio e a participação da Prefeitura e Comissões Municipais para o deslanchamento do Programa. Para tanto, é necessário uma apresentação do Programa, de seus objetivos e dos resultados que se pretende alcançar.

Dos relatórios de implantação recebidos constatamos que:

. 95,5% das reuniões, promovidas com essa finalidade, apresentaram resultados satisfatórios em termos de receptividade, participação e apoio, tanto por parte do Prefeito, como da COMUN, alfabetizadores e comunidade.

. 4,5% das reuniões apresentaram receptividade/participação/apoio relativos, devido à ausência de alguns elementos (prefeito e outros).

b) Divulgação do Programa na comunidade

A divulgação objetivou dar conhecimentos do Programa a todas as pessoas da comunidade, principalmente, na zona rural dos municípios. Para essa divulgação deveriam ser utilizados todos os meios de comunicação existentes na comunidade. Junto aos alfabetizadores a divulgação deveria ser feita também, durante o treinamento básico e nas realimentações periódicas.

Pelos dados dos relatórios de implantação pudemos verificar que foram utilizados todos os meios de comunicação previstos para a divulgação do Programa, sendo que o meio de divulgação mais utilizado foi o cartaz e o menos utilizado a televisão.

c) Capacitação da equipe municipal

O treinamento e a orientação dos elementos envolvidos, a nível de município, deveria ser feito pelo responsável pela implantação do Programa.

Coube à Coordenação, de acordo com suas prioridades e realidades, determinar os elementos responsáveis pela implantação em cada município.

A capacitação da equipe municipal visou, principalmente, orientar os responsáveis pelo Programa no município, quanto a:

. distribuição e controle de material didático;
. divulgação, recrutamento e inscrição;
. acompanhamento e avaliação do aluno;
. preenchimento de fichas;
. planejamento de atividades para o desenvolvimento do Programa.

Segundo informações dos responsáveis pela implantação do Programa houve participação do grupo, interesse e aproveitamento do encontro, em 94% dos casos.

Com relação às dificuldades encontradas e às soluções propostas para sanar essas dificuldades devemos observar que, na ocasião, poucas medidas foram adotadas.

d) Recrutamento e Inscrição de Alunos

Para o recrutamento foram previstas reuniões já marcadas, durante o período de divulgação. Nesse momento seriam dadas maiores informações sobre o Programa.

Na primeira reunião com os elementos mobilizadores, estiveram presentes em sua maioria:

. pessoas da comunidade e alunos de EI (zona urbana);
. ex-alunos de AF (zona rural.

Durante a reunião, foram detectados pontos positivos e negativos do Programa.

De acordo com a categoria da clientela, os pontos positivos que tiveram maior incidência foram:

. receptividade e interesse pelo Programa (alfabetizadores);
. oportunidade de continuar os estudos (ex-alunos AF);
. oportunidade de enriquecer os conhecimentos (alunos e professores de EI).

Poucos pontos negativos foram assinalados, aparecendo com alguma freqüência os seguintes:

. falta de conteúdo dos participantes;
. número reduzido de roteiros.

Ao final da reunião foram feitas observações sobre os trabalhos realizados. Foram as seguintes as observações mais freqüentes:

. cooperação e apoio por parte da COMUN, Prefeitura e toda a comunidade;

. objetivos alcançados satisfatoriamente;

. receptividade e interesse dos participantes.

2. Características do Monitor do Programa de Autodidatismo

Esta síntese representa as informações recebidas, através das Fichas de Cadastramento do Monitor (FCM), até 31/12/77. Nessas fichas são registrados dados pessoais do Monitor, tais como: escolaridade, vinculação anterior ao MOBRAL e treinamento.

. Total de informantes: 183

. A maioria dos monitores é de sexo feminino (92,35%)

. Os monitores constituem um grupo relativamente jovem, tendo em sua maioria entre 19 e 25 anos.

. Com relação à profissão dos monitores a incidência maior recai sobre professores (43,71%) e estudantes (31,14%).

. O nível de escolaridade é bom. A maioria dos monitores (72,68%) têm escolaridade superior ao 1º grau, sendo que 38,79% têm 2º grau completo e 7,66% têm nível superior.

. Apenas um município apresenta irregularidade com monitor sem as 4 primeiras séries completas. A COEST já está informada que deve substituí-lo.

. A maioria dos monitores (81%) tem ou já teve vínculo com o MOBRAL, sendo que desse percentual, 32% já exercem atividades no posto cultural.

. Do universo analisado, apenas 3 monitores não foram treinados.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA GERÊNCIA PEDAGÓGICA

Para implantação/desenvolvimento do Programa, a Gerência Pedagógica desenvolveu as seguintes atividades:

1. Estabelecimento de uma infra-estrutura intergerencial para o desenvolvimento do Programa

. com o CECUT, tendo em vista o aproveitamento dos Postos Culturais e o envolvimento do ECULT;

. com a GERAP, tendo em vista a necessidade de distribuição e remanejamento de material;

. com a GEPAC, tendo em vista o envolvimento do EMOBE;

. com a ASSOP/SUSUG, tendo em vista o envolvimento dos supervisores estaduais e de área;

. com a GERAF tendo em vista o envolvimento do ERAFE e o pagamento do monitor;

. com a ASCON tendo em vista a necessidade de controle de convênios para liberação da gratificação do monitor;

. com a ASSUR tendo em vista a necessidade de apreciação dos Convênios - aspectos legais;

. com a GERAP/SETED, tendo em vista a programação visual e impressão do material didático.

2. Estabelecimento de um plano de capacitação dos elementos da COEST

A Gerência Pedagógica, durante o Encontro Nacional de Agentes Pedagógicos, em dezembro/76, treinou e orientou todos os APEDE para o desenvolvimento do Programa em seu Estado/Território.

Além disso, houve capacitação em 3 outros momentos:

a) A Gerência Pedagógica, durante Mini-Encontro de Agentes Pedagógicos treinou e orientou os APEDE dos Estados - bolsão e de metas significativas.

b) Participação de técnicos da Gerência Pedagógica em treinamentos das equipes das COEST/COTER quando solicitados, ou, quando essa necessidade foi detectada, através da Assistência Técnica à Agência Pedagógica.

A GEPED esteve presente em treinamentos nas seguintes COEST:

Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais/Sul, Rio Grande do Norte, Maranhão, Amazonas, Paraíba, Santa Catarina, Distrito Federal.

c) Orientação através de ofício e remessa de documentos para subsidiarem a APEDE, quando não foi possível a GEPED ir ao treinamento na COEST.

As seguintes COEST/COTER receberam orientações específicas por correspondência para o treinamento da equipe: Acre e Rondônia.

Além disso, a GEPED manteve um contato permanente com as COEST/COTER para acompanhamento e realimentação ao Programa através de:

. viagens dos técnicos da GEPED - Esses Técnicos receberam do responsável pelo programa, orientações específicas sobre o desenvolvimento do Programa;

. correspondências diversas (ofícios, circulares e telex), orientando quanto a pontos de estrangulamento detectados, através dos relatórios bimestrais da Agência Pedagógica e em outros expedientes, e novos procedimentos que deveriam ser adotados;

. fichas, por COEST/COTER, com informações, permanentemente atualizadas, sobre contatos telefônicos e telex/ofícios recebidos.

3. Produção de material didático

Preliminarmente, foi feita uma análise do material didático utilizado na Fase Experimental. Os resultados dessa análise demonstraram a necessidade de se refazer o material já pronto e, ainda, criar novos roteiros.

Seguiu-se, então, uma etapa de estudos para definição dos conteúdos do novo material didático a ser elaborado.

Assim, durante o ano de 1977, para atender ao programa foram produzidas 15 publicações, assim discriminadas:

. Manual de Instrução
. Você pode aprender sem ir a escola
. Roteiro de Matemática 3
. Vivemos em grupo... vivemos em comunidade
. Lendo tabelas, mapas, plantas e gráficos

. Brasil, o país onde você vive
. Casa, uma necessidade de todos nós
. Conhecendo mais sobre Indústria e Comércio
. No campo ou na cidade, o homem trabalha
. Ouça... Fale... Leia... Escreva...
. Alimentação
. Por terra, por rios, por mares, pelo ar, podemos ir mais longe
. Roteiro de Matemática 4 (em impressão)
. É hora de plantar, e hora de criar animais (em impressão)
. Universo (em impressão)

Estão por publicar, em fase final de elaboração:

. Corpo Humano
. Literatura
. Cultura
. Natureza
. Comunicação e Expressão.

Vale ressaltar que para considerarmos um roteiro pronto é necessário vencer 18 etapas de trabalho:

. análise da publicação utilizada na Fase Experimental;
. análise dos objetivos terminais de Educação Integrada;
. análise das avaliações dos roteiros da Fase Experimental feitas pelos alunos;
. elaboração do plano da publicação;
. pesquisas sobre o assunto;
. elaboração do texto;
. pesquisas sobre as ilustrações;
. marcação das ilustrações no texto e capa indicando fonte de consulta;
. elaboração de exercícios (ao longo do texto e finais);
. pesquisa de materiais didáticos do programa que complementam o texto;
. listagem de materiais didáticos básicos e de referência que complementam o texto;
. montagem da publicação;
. programação visual da publicação:
  .. ilustração (esboço e arte final)
  .. texto (boneca e arte final)
  .. capa (lay-out e arte final)

. elaboração de edital;

. concorrência;

. elaboração de contrato;

. revisão da prova heliográfica apresentada pela editora;

. imprima-se da publicação.

Para fins de avaliação do material didático, ao final de cada Roteiro de Atividades ou de Matemática, foi incluída uma Ficha de Avaliação da própria publicação.

Essa ficha é preenchida pelo aluno ao terminar o estudo do roteiro e entregue, no Posto Cultural, ao ECULT ou ao Monitor. O SA, quando de sua visita ao município, recolhe essas fichas e entrega-as à Agência Pedagógica que as envia à GEPED, juntamente com o seu relatório bimestral.

Até o momento, ainda não tabulamos essas informações, visto que só agora as COEST estão nos enviando esses dados.

Estamos esperando a remessa de um número maior de fichas para que a análise seja de um número realmente representativo.

4. Produção de material de apoio

Para acompanhar a implantação/desenvolvimento do Programa foram realizadas as seguintes atividades relativas a material de apoio:

a) elaboração, impressão e distribuição do convênio do Programa;

b) elaboração, impressão e distribuição de material relativo ao monitor;

- Manual de Acompanhamento de Atividades e Pagamento do Monitor

- Ficha de Cadastramento - Essa ficha tem como finalidade recolher informaçoes que permitam determinar as características dos monitores envolvidos no Programa.

- Relatório Mensal de Atividades do Monitor - Esse relatório tem como finalidade informar sobre os trabalhos desenvolvidos, mensalmente, pelo monitor, no município. Esses dados ainda não foram trabalhados uma vez que só agora os relatórios começam a chegar à ASCON.

c) elaboração, impressão e distribuição do material de controle do Programa.

- Relatório de Implantação - Instrumental que deverá ser preenchido por todos os responsáveis pelo Programa.

- Ficha de Inscrição e Acompanhamento do Aluno, onde são registrados dados pessoais do aluno e onde é feito o controle do material didático utilizado pelo aluno e do seu desenvolvimento no Programa (arquivada no Posto Cultural)

- Ficha do Controle do Programa onde são anotados por categoria de clientela, o numero de alunos no início e no final de cada bimestre, o número de alunos evadidos e o número de novas inscrições.

- Ficha de Registro de Material Didático Distribuído onde é anotado o numero de alunos a quem foi distribuído o material didático básico, discriminando a categoria da clientela - (arquivada no Posto Cultural).

5. Estudos sobre distribuição do material necessário ao Programa

. Elaboração do plano de distribuição do material didático básico, de referência e de apoio;

. Elaboração de expedientes para dar esclarecimentos às COEST/COTER sobre a distribuição do material.

CONCLUSÃO

Pelos dados apresentados acreditamos ter o Programa de Autodidatismo apresentado um índice de respostas bastante satisfatório. Esses dados, no entanto, não são suficientes para que seja formada uma idéia precisa da amplitude tomada por esse Programa em campo.

Como processo educativo centrado sobre o aluno adulto como agente de sua própria educação, o Programa de Autodidatismo situa-se na perspectiva de garantir a educação permanente, atribuindo sua prioridade aos grupos menos favorecidos. Por isso, foi concebido em função das necessidades de seus participantes, tirando proveito tanto da diversidade de suas experiências como de suas motivações, capacidades e aspirações.

IV. PARTE

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

INTRODUÇÃO

De acordo com as normas de funcionamento da Agência Pedagógica, em outubro de 1976, a GEPED e a ASSOP determinaram as competências dessa Agência:

1 - programar, organizar, coordenar ou executar as atividades relacionadas com a área pedagógica, de acordo com as normas emanadas do MOBRAL Central e, especificamente, da Gerência Pedagógica;

2 - acompanhar, avaliar e realimentar, permanentemente, o desenvolvimento dos Programas, Projetos e Atividades da área pedagógica em seu estado/território, tendo em vista o diagnóstico permanente da situação e das necessidades da Educação Continuada de Adolescentes e Adultos;

3 - manter o MOBRAL Central - especificamente a Gerência Pedagógica informada sobre o andamento e os resultados dos programas, projetos e atividades pedagógicas em face de implantação ou implementação, na área de atuação da COEST/COTER;

4 - participar, com as demais agências e com os demais elementos do SUSUG, do planejamento integrado de atividades, de modo a compatibilizar os recursos, determinar as épocas de atuação prioritária de cada agência e atingir, com maior racionalidade, os objetivos do MOBRAL;

5 - orientar os elementos envolvidos na área pedagógica quanto ao desenvolvimento de suas atividades, procurando realimentar esses elementos, solucionar os problemas e/ou enfrentar novas situações, utilizando os recursos locais disponíveis e respeitando as dire - trizes gerais recebidas do MOBRAL Central;

6 - elaborar e/ou coordenar estudos específicos, visando criar condições técnicas para o desenvolvimento, melhor operacionalização ou sustentação dos programas, projetos ou atividades em sua área de atuação, respeitando as diretrizes gerais do MOBRAL Central e submetendo projetos elaborados à sua apreciação;

7 - participar de estudos em projetos emanados da Coordenação ou do MOBRAL Central, afetos às áreas-fim;

8 - acompanhar, orientar, avaliar e realimentar, permanentemente, os elementos do SUSUG, das COMUN e outros elementos envolvidos nos programas pedagógicos, quanto aos procedimentos básicos mais adequados, com relação à sua área de atuação;

9 - orientar, acompanhar, avaliar e/ou realimentar às COMUN, diretamente ou através dos elementos do SUSUG, conforme orientação do Coordenador, quando da implantação ou implementação de estratégias e projetos especiais;

10 - atender às necessidades das demais agências, desde que essas necessidades não entrem em conflito com as prioridades da área pedagógica nem acarretem prejuízos para a mesma.

Esta determinação de competências da Agência Pedagógica, em outubro de 1976, foi o primeiro passo para a elaboração de um Projeto de Assistência Técnica.

Por outro lado, a não existência de um acompanhamento e realimentação sistemáticos à Agência Pedagógica veio reforçar a necessidade desse projeto.

O Projeto de Assistência Técnica, implantado em 1977, tem como objetivo geral melhorar a eficácia das Agências Pedagógicas, a fim de garantir mais rápido alcance dos objetivos do MOBRAL na área pedagógica. Esse objetivo foi assim operacionalizado:

1) Capacitação das Agências Pedagógicas, através de:

   a) Treinamento das Agências Pedagógicas quanto a Programas e Projetos a serem implantados;

   b) envio de documentos sobre Programas e Projetos, caracterizados como necessários às APEDE através da análise dos Relatórios Bimestrais das Agências Pedagógicas;

   c) envio de documentos para enriquecimento cultural da APEDE, atendendo aos interesses detectados pela "Pesquisa de Temas para Estudo".

2) Determinação de um fluxo de informação - através do envio do relatório da APEDE, cuja periodicidade foi bimestral; o envio de correspondência foi também um recurso utilizado, em alguns casos.

3) Acompanhamento/Diagnóstico dos programas e projetos pedagógicos - através dos seguintes instrumentais: relatório bimestral da APEDE e relatório de viagem dos técnicos da GEPED.

4) Avaliação das Agências Pedagógicas - através da análise pela GEPED da auto-avaliação realizada pela APEDE bimestralmente e da avaliação e análise da atuação das APEDE nos programas pedagógicos a partir de dados fornecidos nos relatórios bimestrais. Os relatórios de viagem dos técnicos da GEPED auxiliaram também na avaliação de desempenho das Agências Pedagógicas.

5) Realimentação sistemática às Agências Pedagógicas - através de correspondências (realimentação indireta) e de viagens de Assistência Técnica (realimentação direta).

DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os relatórios bimestrais das APEDE foi o instrumental básico e essencial tanto para o desenvolvimento do projeto de Assistência Técnica quanto para o acompanhamento dos programas e projetos da área pedagógica.

O modelo de Relatório foi apresentado no Encontro de APEDE de dezembro de 1976. Durante a discussão e análise desse modelo surgiram sugestões para modificação de alguns quadros. O modelo, inicialmente apresentado, foi levado pelas APEDE a seus estados/ territórios e serviu de subsídio para a elaboração dos relatórios bimestrais. Durante todo o primeiro semestre de 1977 os relatórios enviados não obedeceram a uma padronização: o modelo, na maioria das vezes, foi utilizado apenas como base, o que dificultou a tabulação e análise das informações na GEPED.

Apenas em junho de 1977, foi implantado o Projeto de Assistência Técnica e só então foi encaminhado às Agências Pedagógicas o modelo de Relatório em sua forma final.

Os dados enviados pelas Coordenações foram tabulados por bimestre e analisados, sendo então, formado um perfil do desenvolvimento de cada programa da área pedagógica.

Analisaremos a seguir alguns aspectos do desenvolvimento do Projeto de Assistência Técnica durante o ano de 1977, tendo como base os relatórios bimestrais das APEDE. No momento de elaboração dessa análise estavam disponíveis apenas os relatórios dos quatro primeiros bimestres, ou seja 2/3 (dois terços) do universo, Consideramos que essa análise, ainda que parcial, tem sua validade.

As informações dos relatórios bimestrais das APEDE sobre o desenvolvimento dos diversos programas da área pedagógica foram utilizados como subsídios para elaboração das partes anteriores desse relatório, por esse motivo, nos ateremos mais à forma como essas informações foram apresentadas. Não é nossa intenção traçar um perfil do desempenho das Agências Pedagógicas, mas sim analisar o desenvolvimento do projeto de Assistência Técnica em si mesmo.

QUADRO 1: Pontualidade no envio do relatório.

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			Total
	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER
1. Envio em tempo hábil	AP-PI-ES-PR-MG/N	5	19	AM-PB-MG/N - SP-SC-PA-DF	7	26	RR-PB-MG/N - MG/S - PR-DF	6	22	PA-PB-MG/N - MG/S - MT/N	5	18	16
2. Enviado após o prazo determinado pela GEPED	AM-RR-MA-PB-PR-SE-RJ-MG/S - SP-RS-MT/N MT/S	12	44	AC-RO-RR-MA-PI-RN-PR-AL-MG/S RS-PE-GO-MT/N - MT/S	14	52	AP-AM-PA-RO-MA-PI-CE-PE-SE-BA-SP-SC-RS-MT/N - MT/S	15	56	AM-RR-CE-PR-ES-PE-RS-DF	8	30	26
3. Foi enviado após "cobrança" pela GEPED	AC-PA-RO-CE-RN-BA-GO-DF	8	30	AP-RJ-CE-SE-BA-ES-	6	22	AC-RN-RJ-ES-GO	5	18	RO-PI-SE-SP-MA-SC-RN-RJ-AL-GO-AP	11	41	17
4. Não enviou relatório	AL-SC-	2	7	-	-	-	AL	1	4	BA-AC-MT/N	3	11	5
Total		27	100		27	100		27	100		27	100	

Como podemos observar, a maior incidência quanto ao envio dos Relatórios Bimestrais da APEDE ocorreu na especificação: "enviado após o prazo determinado pela GEPED". Entre as 27 Coordenações, 26 enviaram com atraso, ao menos um dos relatórios bimestrais. É a seguinte a divisão em grupos, das COEST/COTER quanto à freqüência do atraso no envio dos relatórios:

. COEST/COTER constantes em quatro bimestre: 1 (RS)
. COEST/COTER constantes em três bimestres: 7 (AM-RR-MA-PE-MT/N-MT/S-PR)
. COEST/COTER constantes em dois bimestres: 6 (RO-PI-CE-SE-MG/S-SP)
. COEST/COTER constantes em um bimestre: 12 (AC-PA-AP-PB-RN-AL-ES-SC-GO-DF-RJ-BA)

Na análise do quadro 1 é necessário ressaltar ainda os seguintes pontos:

a) a COEST/MG-N durante os quatro bimestres enviou os relatórios em"tempo hábil".

b) a COEST/AL não enviou relatório de dois bimestres.

c) a COEST/GO, em três bimestres, enviou o relatório após "cobrança pela GEPED".

QUADRO 2: Utilização pela APEDE do modelo de Relatório para envio de informações.

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			Total
	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER
1. Preencheu o relatório de forma certa-segundo o modelo	SP-PB-PR-MT/S - GO-MA	6	22	SP-PE-PR-MT/S - GO-MA-MT/N	7	26	PR-RN-AM-SC-SP-PB-MG/S - PA-PR-MT/S - GO-MG/N - MA-MT/N - RJ-ES	16	59	RR-PA-AM-RN-PE-SE-PB-CE-RJ-MT/S - PR-ES-MA-SC-MG/S - MG/N - GO	18	67	20
2. Utilizou o modelo como base - fez sua própria ordem	PR-PI-ES-AC-AM-CE-DF-RJ-RO-SE-RR-PA-MT/N - MG/N	14	52	PE-PI-ES-AC-AL-AM-CE-DF-RJ-RO-SE-RR-MG/S - MG/N - PA	15	56	PI-CE-DF-RS-RO-SE-RR-AC	8	30	PI-DF-RO-RS-AL-AP-	6	22	18
3. Nenhuma das alternativas acima citadas	RN-AP-BA-RS-MG/S	5	19	RN-AP-BA-RS-SC	5	18	AP-BA	2	7	-	-	-	6
4. Não enviou o relatório	AL-SC	2	7	-	-	-	AL	1	4	BA-AC-MT/N	3	11	5
Total		27	100		27	100		27	100		27	100	

Os ítens da coluna "especificação" foram ordenados de forma gradativa, partindo-se da situação considerada ideal. (ítem 1).

Em relação ao 1º e 2º bimestre,o maior percentual correspondeu ao ítem "utilizou o modelo como base - fez seu próprio modelo". Com o envio pela GEPED do modelo de Relatório no início de junho, a situação do 3º e 4º bimestre sofreu uma alteração. O maior percentual correspondeu à especificação: "preencheu o relatório de forma certa - segundo o modelo". Podemos também notar o crescimento do percentual do 3º bimestre (59%), para o 4º bimestre (67%) nesta especificação, donde podemos concluir que a padronização no envio da informação está sendo funcional para a maioria das APEDE.

A COEST/BA e a COTER/AP parecem não ter percebido a importância ou necessidade da utilização do modelo de relatório nos três primeiros bimestres. Enquanto a primeira coordenação não enviou o relatório do 4º bimestre, a segunda apenas a partir desse bimestre utilizou o modelo, fazendo sua própria ordem.

Os dados do quadro 3 demonstram a diversificação existentes, entre a forma de apresentação das informações sobre os programas e projetos da área pedagógica. Como no quadro anterior os ítens da coluna "especificações" são apresentados de forma gradativa, O ítem 1 corresponde à situação ideal.

O índice de COEST/COTER que estão agrupadas no ítem 1 -"linguagem clara com coerência na informação quantitativa e qualitativa", correspondem a 66% do universo de COEST/COTER existente. Analisando cada bimestre do quadro, notamos que o número de coordenações constantes desse ítem, cresce gradativamente. E, comparando o 1º bimestre com o 4º bimestre neste 1º ítem, notamos que no 1º bimestre apenas 36% das COEST/COTER, apresentaram seus dados de forma clara e coerente, Já no 4º bimestre, o percentual foi de 70,8%.

Estas notações vêm confirmar a conclusão anteriormente feita,quando da análise do quadro 2, ou seja, a cada bimestre há um aumento de APEDE conscientizadas para esse trabalho e que, gradativamente, melhoram seu desempenho.

Entretanto, não podemos considerar esse dado como "ótimo", pois para uma tabulação perfeita dos relatórios, seria necessário que todas as Agências Pedagógicas fornecessem informações de forma "clara e precisa", levando assim, as responsáveis pelos programas, a nível de GEPED, a uma visão mais real dos mesmos.

Podemos ainda notar, que há uma relação entre os quadros 2 e 3. Por exemplo, se analisarmos a COEST/BA e a COTER/AP, constantes no quadro 2 da especificação "nenhuma das alternativas acima citadas", ou seja, não utilizaram o modelo de relatório nem mesmo como roteiro para ordenação de conteúdo, Vamos ver, no quadro 3, que essas mesmas coordenações tiveram "dificuldades" em dar uma visão dos programas, ou seja, fizeram muitas descrições e deram poucas informações qualitativas.

QUADRO 3: Forma de apresentação no relatório, de informações sobre os Programas e Projetos.

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			Total
	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER
1. Linguagem clara com coerência na informação quantitativa e qualitativa	MT/S-PA-ES-GO-MA-MG/N - DF-MG/S MT/N	9	34	PR-MT/S-PR-PA-GO-ES-DF-MA-MT/N-MG/N-AL-MG/S	12	45	RN-PE-PR-PA-DF-ES-GO-MT/N - MA-MG/S - MG/N	11	41	AM-PA-RN-PE-CE-MA-MG/N - MG/S - RJ-ES-DF-MT/S - PR-AL-SC-RS-GO	17	63	18
2. Linguagem clara, mas sem coerência na informação quantitativa e qualitativa	RJ-CE-PR	3	11	RJ-CE-	2	7	CE-RS-MT/S-PB-SP	5	18	PB-SP	2	7	7
3. Possui unidade na informação quantitativa e qualitativa	PE-PI-AC	3	11	PI-AC	2	7	AM-SC-AC-RJ	4	15	RO	1	4	7
4. Não há unidade na informação quantitativa e qualitativa	AM-RS-RN-SP	4	15	RS-RN-PB-SP-SC	5	19	-	-	-	SE-PI-AP	3	11	8
5. Forma não muito clara de descrever as situações	RR-SE-RO	3	11	AM-RR-SE-RO	4	15	PI-RR-SE-RO	4	15	RR	1	4	5
6. Muita descrição e pouca informação qualitativa	BA-PB-AP	3	11	BA-AP	2	7	BA-AP	2	7	-	-	-	3
7. Não enviou relatório	AL-SC	2	7	-	-	-	AL	1	4	BA-AC-MT/N	3	11	5
Total		27	100		27	100		27	100		27	100	

QUADRO 4: Análise das atividades apresentadas como solução aos problemas encontrados.

ESPECIFICAÇÃO	1º Bimestre			2º Bimestre			3º Bimestre			4º Bimestre			Total
	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER	F	%	COEST/ COTER
1. As providências tomadas são adequadas aos problemas detectados	PI-RN-PE-MT/S - PR-DF-PA-ES-MG/S - AC-GO-MG/N - MA	13	48	PI-RN-RS-MT/S - PE-PR-DF-PA-CE-MA-MG/S - ES-MT/N - GO-MG/N	15	55	PI-RN-RS-PE-PR-DF-PA-CE-ES-MG/S - GO-MG/N - MA - MT/N	14	51	PA-PI-CE-SE-PE-ES-MG/N - RS-MG/S - SC-PR-DF-MA-RN-GO-AL	16	59	20
2. As providências tomadas não são na maioria adequadas aos problemas detectados.	RJ-RS-RO-BA	4	15	RJ-SP-BA-AC	4	15	RJ-SP-SE-SC-AC	5	18	RR-RJ-RO-SP	4	15	9
3. Não são apresentadas, na maioria, soluções para os problemas detectados	PB-SP-AP-SE-RR-AM-CE-MT/N	8	30	AL-PB-RO-AP-SE-AM-SC	7	26	MT/S* - PB-RO-AP-AM-BA	6	20	AM-PB-AP	3	11	13
4. Grande nº de ítens qualitativos com a informação: "não houve alteração do relatório anterior".	-	-	-	RR	1	4	MT/S* - RR	2	7	MT/S	1	4	2
5. Não enviou relatório	SC-AL	2	7	-	-	-	AL	1	4	BA-AC-MT/N	3	11	5
Total		27	100		27	100		27	100		27	100	

* MT/S - entrou duas vezes.

A maior incidência das informações, contidas no quadro 4, ocorre na especificação: "as providências tomadas são adequadas aos problemas detectados", o que corresponde a 74% do total de coordenações.

Em seus relatórios, 13 APEDE deixaram de apresentar, pelo menos em 1 bimestre, soluções para os problemas encontrados. Vários motivos podem estar causando essa ausência de informações, As soluções podem não estar sendo apresentadas por falta de condições da APEDE em encontrá-las, ou também por não saberem preencher o relatório corretamente, ou ainda porque as soluções estão, totalmente fora do alcance de um trabalho da Agência Pedagógica, como por exemplo, a "evasão de alfabetizadores devido a baixa gratificação". Torna-se difícil, portanto, avaliar com precisão o desempenho das Agências Pedagógicas. Apesar de, em quadros anteriores, termos tido algumas conclusões sobre a objetividade dos relatórios para as APEDE, torna-se difícil concluirmos quanto ao valor que elas estão dando aos mesmos. Quanto à terceira especificação, é necessário ainda enfatizar que, três coordenações - AP, AM e PB - são classificadas, durante os quatro bimestres, nesse ítem.

Quanto à segunda especificação: "as providências tomadas não são, na maioria, adequadas aos problemas detectados". Sente-se aí, um pouco de falta de hábito de algumas Agentes de buscarem fora das coordenações meios que venham ajudar na solução de problemas. Rio de Janeiro e São Paulo são as duas coordenações classificadas nesses ítens durante os quatro bimestres.

Sente-se nesse quadro uma certa melhora em termos de crescimento de algumas Agências Pedagógicas, como por exemplo SE e SC entre outras. A COEST/SC não enviou o relatório relativo ao primeiro bimestre e foi subindo em termos de gradação da especificação a cada bimestre, Apresentando-se no 4º bimestre na 1a. especificação, considerada ideal. Não podemos, no entanto, afirmar categoricamente o acima analisado, pois essa melhora pode-se referir apenas ao preenchimento dos relatórios e não a um real crescimento no desempenho do trabalho.

Quanto à 4a. espeficiação: "grande número de ítens qualitativos com a informação: não houve alteração do relatório anterior", temos a ressaltar a classificação das coordenações RR e MT/S duas vezes seguidas nesse ítem, o que significa que durante um semestre inteiro - o bimestre de referência e mais os dois bimestres em que não houve alterações - , estas Agências contataram os mesmos órgãos e pessoas, com o mesmo objetivo, receberam as mesmas respostas e tomaram as mesmas providências. Ao menos, em relação à metodologia, alguma alteração deveria ter ocorrido: aquilo que foi detectado em um bimestre deveria ter subsidiado a APEDE para que esta tomasse providências que se refletissem no desenvolvimento dos programas. Parece que, essas coordenações preenchem o relatório com o único objetivo de "prestar contas à GEPED".

Tendo em vista a necessidade de aumento dos índices de produtividade do PAF em 1977 e a nova etapa de trabalho prevista para o 2º semestre, a Gerência Pedagógica realizou dois mini-encontros de Agentes Pedagógicos. Do primeiro, realizado de 20 a 24 de junho, participaram as APEDE dos estados-bolsão: CE, MG/N, MG/S, BA, PR, PE e GO, enquanto o 2º mini-encontro, realizado de 08 a 12 de agosto de 1977, reuniu os estados com meta significativa para o PAF: PA, MA, PI, RS, SP, AL, SE, RN e RJ.

Esses encontros tiveram como objetivos desenvolver mecanismos para uma atuação pedagógica mais eficiente; instrumentalizar, os Agentes Pedagógicos, em termos de procedimentos metodológicos, para fins de revitalização do PAF e também traçar linhas de ação para o segundo semestre de 1977.

O trabalho foi realizado, tendo como base depoimentos dos Agentes Pedagógicos. Foram reunidos pequenos grupos de APEDE cujos estados têm características semelhantes, o que facilitou o diálogo e a troca de experiências.

Além disso foram realizadas, também, viagens de Assistência Técnica que tiveram como característica básica o treinamento das Agências Pedagógicas em programas/projetos novos a serem implantados ou mesmo um retreino em programas implantados, anteriormente, mas cuja necessidade de reforço havia sido detectada.

CONCLUSÃO

A linha de Assistência Técnica adotada pela GEPED, durante 1977, teve como características básicas:

- o acompanhamento dos programas pedagógicos;
- a realimentação das Agências, visando um melhor desenvolvimento desses programas.

As informações relativas a cada programa chegaram à Gerência, principalmente, através dos relatórios bimestrais da APEDE. Essas informações foram tabuladas, aportando subsídios para que fosse formado um perfil do desenvolvimento dos programas, bimestre a bimestre. Esses relatórios apresentaram melhoras gradativas tanto na quantidade da informação apresentada, quanto em sua qualidade.

O acompanhamento do desempenho das Agências Pedagógicas, durante 1977, e o fato de que houve uma diversificação bastante grande da estratégia de desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, levaram a GEPED a optar em 1978, por uma Assistência Técnica global e periódica, principalmente, em relação aos estados do bloco A.

V PARTE

AVALIAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

INTRODUÇÃO

A fim de alcançar os objetivos a que se propõe e tornar cada vez mais eficiente sua atuação, o MOBRAL conta sobretudo com o material didático, a cujos fundamentos filosóficos e qualidade pedagógica podemos atribuir boa parcela do êxito da instituição.

Elaborados de acordo com os princípios da Educação Permanente, as publicações didáticas do MOBRAL refletem a filosofia e os objetivos dos seus Programas.

As publicações didáticas do MOBRAL podem ser, segundo a origem de produção:

. endógenas - elaboradas pelos técnicos do próprio MOBRAL;

. exógenas - elaboradas por editoras ou fora do MOBRAL.

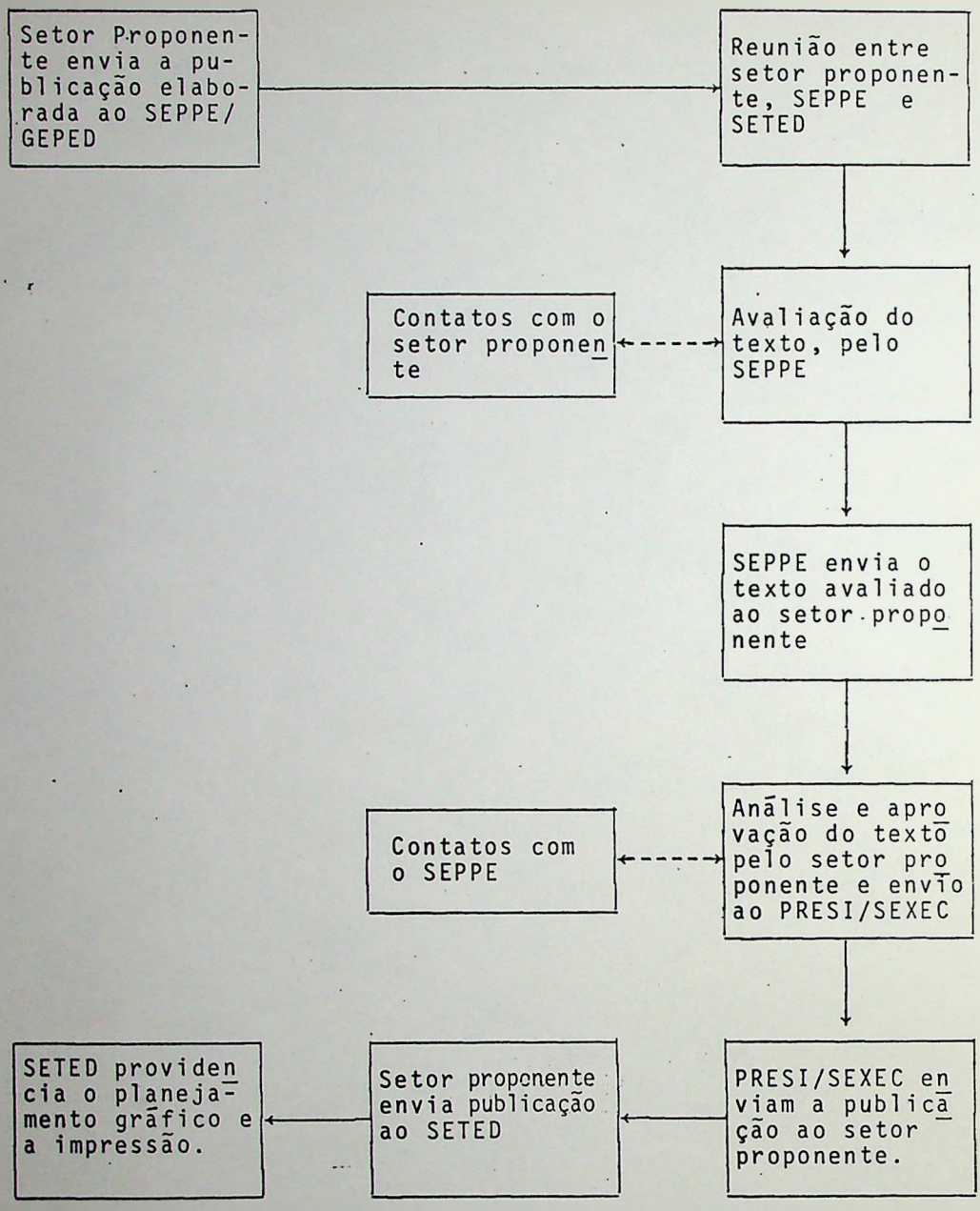
Para resguardar a filosofia educacional e a unidade metodológica de suas publicações didáticas e, conseqüentemente, manter o alto padrão de qualidade que sempre as caracterizou, o MOBRAL realiza constante avaliação do material distribuído em seus programas.

A avaliação das publicações didáticas do MOBRAL é efetuada pelo Setor de Publicações e Projetos Especiais da Gerência Pedagógica.

AVALIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES ENDÓGENAS

A avaliação de publicações didáticas produzidas no MOBRAL é uma das etapas previstas no CONTROLE DE PUBLICAÇÕES DIDÁTICAS ENDÓGENAS, atividade aprovada e em desenvolvimento desde novembro de 1976.

Em síntese a estratégia proposta para desenvolvimento dessa atividade é a seguinte:



Durante o ano de 1977, a GEPED teve a seguinte participação, no que se refere a publicações didáticas endógenas.

SETOR DE ORIGEM	TÍTULO/ESPECIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO	PROJETO A QUE SE DESTINA	PARTICIPAÇÃO DA GEPED/SEPPE	
			ELABORAÇÃO	AVALIAÇÃO
CECUT	Peteca	Jogos		
GEPED	Manual do Monitor Higiene Saúde da mãe e da criança Doenças Alimentação Conjunto de cartaz O mal do caramujo Picadas de animais venenosos Proteção de nascentes Calendário de vacinas	PES		
GECET	Uma colônia de férias é sempre uma colônia de férias Isto também é lazer Play Groun	Esporte para todos		
GEPAC	Manual do GAC Futebol Quadros polivalentes	PRODAC		
GEPRO	Conjunto Eu faço, Tu fazes Livro do aluno e do alfabetizador 10 unidades com informações para empregadas Manual do monitor Manual de apreciação e manutenção de tratores	PAFET Empregadas domésticas Convênio MOBRAL/ Massey Ferguson		

SETOR DE ORIGEM	TÍTULO/ESPECIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO	PROJETO A QUE SE DESTINA	PARTICIPAÇÃO DA GEPED/SEPPE	
			ELABORAÇÃO	AVALIAÇÃO
GEPED	Roteiro de orientação ao alfabetizador	Capacitação do alfabetizador		
	Roteiro de treinamento do PEI	Capacitação professor EI		
	Iniciativas locais: um reforço ao programa de Alfabetização Funcional	Ações diversas relativas ao PAF		
	Cada pessoa tem um nome... Cada nome uma história	Nominata		
	Manual de apoio ao alfabetizador	Campanha Leitor Faz Leitor		
Assessoria PRESI	Folheto "Adubo"			
	Cercado para peixes e outros animais pequenos			
	Roda de afiar			
	Preparação de cola líquida de peixe			
	Cuide bem de seus dentes	Tecnologia escassez		
	Refrigerador de carne			
	Armadilhas de bambus para pegar peixes			
	Armadilhas para peixes do rio			
	Apagador para quadro de giz			
	Folheto informativo para concurso Balcão de Idéias - BNH	Convênio MOBRAL/BNH		
	Cartazes de divulgação (3)			

AVALIAÇÃO DE PUBLICAÇÕES EXÓGENAS

O processo de avaliação de publicações didãtivas compreende três etapas:

. pré-avaliação;
. avaliação no processo;
. pós avaliação.

PRÉ-AVALIAÇÃO

Tem como objetivo retirar, do fluxo da avaliação, os materiais não compatíveis com os propósitos do MOBRAL.

A pré-avaliação tem caráter seletivo, assegurando a economia de tempo, de capital e de recursos humanos no processo de avaliação.

Durante essa etapa, a equipe encarregada verifica se a publicação:

- atende a objetivos considerados prioritários;
- é compatível com a metodologia adotada no MOBRAL;
- possui seleção temática compatível com a clientela de seus programas;
- possui tratamento temático de acordo com as características do público-alvo.

Em 1977, passaram por essa etapa de avaliação os seguintes materiais:

ORIGEM DE PRODUÇÃO	PROGRAMA A QUE SE DESTINA	TÍTULO/ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL
Editora Gouveia	PAF	Analfabeto, nunca mais
MEC-DEF	-	Material didático para alfabetização
MEC-DEF	-	Modelo de avaliação de currículo
Jorge Vancho Panovich	PAF	Manual do Alfabetizador - módulos Pantanal Matogrossense
Sra. Maria Gomes	PAF	Nossa Cartilha
VISUFIX	PAF	Material audiovisual
Dr. Arnaldo Velloso da Costa	-	Material complementar

AVALIAÇÃO NO PROCESSO

A avaliação no processo tem caráter orientador e objetiva fornecer às editoras/autores informações para melhoria do material.

Todo material novo, aprovado na pré-avaliação, e os materiais em uso, ao serem reeditados, são submetidos a essa avaliação.

Em 1977, não houve material aprovado na pré-avaliação.

A GEPED encaminhou ao PRESI proposta para material didático básico e complementar a ser utilizado nos Programas Pedagógicos (diretos e com uso de tecnologia). Essa proposta foi aceita e, assim foram desenvolvidas as seguintes atividades de avaliação.

. Programa de Alfabetização Funcional

- Material Didático Básico

Avaliação do Livro do Alfabetizador das editoras Bloch, Abril, Vecchi e Primor.

- Material Didático Complementar

Avaliação do Livro "Quem lê vai longe".

. Programa de Educação Integrada

- Acompanhamento da produção do conjunto de material para o PEI, produzido pela Editora Primor.

Esse conjunto é composto de:

. conjuntos de cartazes
. livros do professor
. livros de textos e atividades
. livros de matemática
. livros complementares - área Integração Social e Ciência
. livros complementares - área de profissionalização

Quanto a periódicos, em 1977 acompanhamos a produção de três edições do Jornal Rural, produzido pela Editora PRIMOR.

PÓS-AVALIAÇÃO

A pós-avaliação objetiva realimentar o processo de avaliação. Oferece diretrizes para reformular critérios de avaliação e subsidiar modificações no material.

Não foi realizada, em 1977, nenhuma atividade de pós-avaliação de material pela GEPED.